

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

“Congresso Estatutário - O Cumprir de Uma Promessa”

Editorial

ARRUMAR A CASA

Será em Março próximo, nos dias 17 e 18, que se realizará a reunião magna dos sociais democratas, exclusivamente para discutir e aprovar as novas regras estatutárias que devem reger o PSD nos anos que se seguem.

A marcação deste Congresso estatutário de imediato a seguir ao terminar da longa jornada de eleições, legislativas, autárquicas e presidenciais, que forçosamente consumiram todos os esforços do Partido no último ano, marca uma clara vontade da direcção do PSD de se preparar o mais rapidamente possível para os desafios da oposição que urge fazer ao Governo PS.

Esta revisão deve merecer por parte de todos os militantes uma participação elevada, permitindo contribuições várias para a renovação e modernização das regras essenciais que nos regem.

Não pode estar apenas em causa arranjos de mero pormenor, meros retoques de pintura externa, pois se queremos uma verdadeira modernização do Partido, devem ser apresentadas propostas profundas de alteração da organização dos órgãos do PSD, do seu sistema de governo e da participação dos militantes.

Este tema da participação dos militantes deve ser um dos temas fortes da revisão estatutária. Se se tem verificado um progressivo afastamento da vida político-partidária a tal não será estranha uma diminuição ou dificuldade das formas de participação na vida dos partidos, o PSD incluído.

Quem hoje se sente entusiasmado por dedicar algum do seu tempo em reuniões partidárias onde não é ouvido ou é rapidamente esquecido. No fundo onde sente que a sua participação esforçada, por ter sido feita à custa da sua vida familiar e profissional, não tem utilidade. A não ser para quem tenha como único objectivo um carreirismo partidário...

Devem assim ser pensadas propostas para simplificar e aumentar a participação nas decisões de definição da estratégia do PSD aos diversos níveis. À Nacional o que é nacional, às Distritais e regionais o que é distrital e regional, às Secções o que é municipal, aos Núcleos o que é de freguesia. Em unidade, mas com suficiente autonomia local e com igual responsabilidade.

E sem medo de participação alargada e de debate. Dê-se de novo, por que já existiu, poder às Assembleias, não se confine o PSD aos órgãos de direcção. Será a única forma de rever os militantes, de dar vida às estruturas locais, de a sua voz contar para a definição da estratégia. Só com maior participação o PSD se tornará mais dinâmico, mais interventivo na sociedade e mais eficaz.

Em Março próximo tem de se dar a mensagem correcta ao País de que o PSD está pronto para liderar uma oposição e formar uma alternativa consistente de poder.

2006 será assim o ano de arrumar a casa!



Destaques

- Marques Mendes na AR:
 - Novo Ciclo com Cavaco Silva pg.3
 - Debate Mensal com O PM pg.4
- Opinião - Emigração Portuguesa pg.10
- Regulamento do XVIII Congresso pg.16
- Comunicado da CPN pg.20

O 1º Conselho Nacional de 2006

Congresso Extraordinário a 17 e 18 de Março



O Conselho Nacional do Partido Social-Democrata reuniu no passado Sábado (dia 28 de Janeiro) cerca das quatro da tarde, no auditório da Sede Nacional em Lisboa, no que foi a primeira reunião deste órgão no ano corrente.

A Ordem do Trabalhos foi, como estava previsto, a análise da situação política e balanço dos resultados das Eleições Presidenciais; a convocação do próximo Congresso Extraordinário para alteração dos Estatutos; e a aprovação do Orçamento do Partido para 2006.

A decisão de convocar um congresso extraordinário para Março foi tomada terça-feira pela comissão política nacional do PSD.

Segundo o presidente Marques Mendes, em declarações à “Lusa”, dentro de duas semanas a direcção do partido deverá levar à Comissão Política uma proposta de alteração de estatutos.

A proposta “está a ser trabalhada por uma comissão composta por Barbosa de Melo, Carlos Coelho e José Matos Correia”, disse Marques Mendes.

“Na questão essencial que é a eleição directa do líder, haverá ainda mais três ou quatro alterações, todas no sentido de ajudar a abrir o partido à sociedade”, acrescentou, recusando-se a adiantar quais são as outras alterações.

Segundo os estatutos do PSD, as propostas de alteração de estatutos só serão admitidas quando subscritas por 100 membros do Congresso, pelo Conselho Nacional, pela Comissão Política Nacional, por dez Comissões Políticas Distritais ou por 1.500 militantes do partido.

A convocação de um Congresso para depois das presidenciais era um compromisso de Marques Mendes, quando foi eleito líder do PSD em Abril de 2005, no Congresso de Pombal.

Na ordem de trabalhos do Conselho Nacional, além da ratificação da data do congresso extraordinário, estiveram ainda mais dois pontos: análise da situação política e balanço dos resultados das eleições presidenciais; e aprovação do orçamento do partido para 2006.

No decorrer do Conselho Nacional, os Conselheiros ratificaram a realização do Congresso Extraordinário, que ficou marcado para os dias 17 e 18 de Março. Nesta reunião, as alterações ao regulamento de quotas estiveram também em discussão.

Ainda com o Conselho a decorrer, o Secretário-Geral, Miguel Macedo, reuniu-se com os Órgãos de Informação e revelou que a proposta da Comissão Política Nacional para a realização de um congresso extraordinário foi aprovada por “larga maioria” e apenas com “cinco ou seis votos” contra.

O congresso deverá realizar-se na região Lisboa, e destina-se exclusivamente a debater alterações estatutárias, como a eleição directa do líder.

Questionado sobre se existiu alguma contestação por parte dos conselheiros nacionais à data escolhida para a realização do congresso, menos de dez dias depois da tomada de posse de Cavaco Silva como Presidente da República, Miguel Macedo admitiu que sim, o que é normal no PSD, pois suscita debate e exposição de posições, permitindo assim que se chegue a um consenso final.

“Com certeza que sim, que houve discussão à volta de algumas posições discordantes, mas o que é importante é que a proposta foi aprovada por larguíssima maioria”, disse.

Miguel Macedo garantiu ainda que a direcção do partido “não tem uma posição fechada acerca da proposta a apresentar para a alteração de estatutos” e que está disponível para “acolher propostas” das estruturas locais e dos militantes.

“Este não é um debate novo no PSD, já há um trabalho de reflexão. Queremos uma solução que, do ponto de vista estatutário, sirva os objectivos políticos do nosso Partido – o PSD”, salientou, apontando a abertura do partido à sociedade como a principal prioridade.

“Além disso, qualquer congressista poderá apresentar propostas”, acrescentou, garantindo que a direcção do partido não parte para o congresso com “uma lógica preconcebida” acerca das alterações estatutárias a efectuar.

Caso a eleição directa do líder seja aprovada no congresso a realizar em Março, a direcção do partido não coloca para já a hipótese de convocar outra reunião-magna este ano para concretizar as “directas”.

“A seguir ao congresso se verá aquilo que se tem de fazer. Agora é absolutamente prematuro falar sobre o tema”, disse Miguel Macedo.

O Secretário-Geral disse ainda que também foi levantada por alguns

Conselheiros, a alteração ao regulamento das quotas, que já tinha sido aprovada no fim do ano passado (foi aprovada a 8 de Novembro pela Comissão Política Nacional), que impede o “pagamento colectivo de quotas” e obriga a que cada militante pague as suas quotas individualmente (podendo, no limite, pagar as dos seus familiares) por cheque ou Multibanco, estando fora de causa o pagamento em dinheiro vivo.

“A 24 de Novembro a alteração foi comunicada a todas as distritais e a todas as secções. Prece estranho que só dois meses depois da comunicação se levante em Conselho Nacional a questão das quotas, que até aqui tinha sido pacífica”, sublinhou Miguel Macedo, acrescentando que esse é um assunto “que apenas tem que ver com a vida interna do partido e nada tem que ver com o Congresso”.

“Aliás” – afirmou – “a alteração do regulamento de quotas visou apenas introduzir transparência aos procedimentos internos, já que o acto de adesão a um partido é livre e individual”.

“É positivo que para a vida interna do partido não haja pagamento colectivo de quotas”, referiu.

Entretanto, Pedro Passos Coelho anunciou nesta reunião do Conselho, que vai abandonar a actividade partidária, mas sem elaborar as razões que o levaram a tomar esta decisão.

Falando à Imprensa, disse que tinha comunicado ao Conselho Nacional o seu afastamento da actividade partidária, “não só da comissão política nacional do PSD, mas também de toda a actividade partidária”.

– Fontes: Lusa, Audiovisuais do PSD, fotos Luís Saraiva



Ecos parlamentares das eleições presidenciais

Novo ciclo político com vitória histórica de Cavaco Silva

O Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, na sua qualidade de Deputado à Assembleia da República, na sequência das eleições presidenciais do passado dia 22, proferiu uma intervenção de fundo na casa-mãe da Democracia, subordinada aos resultados eleitorais e às ilações a retirar das mesmas, afirmando:

As eleições Presidenciais do passado domingo foram mais um momento importante de afirmação da nossa vida política democrática.

De forma livre e soberana, o Povo falou e decidiu. Quando assim é, não há golpes de Estado a censurar. Por muito que custe a alguns espíritos, o que aconteceu no passado domingo não foi um qualquer golpe de Estado, foi sim mais uma importante vitória da democracia e de Portugal.

Saúdo todos os candidatos que se apresentaram a estas eleições. Cavaco Silva, Manuel Alegre, Mário Soares, Jerónimo Sousa, Francisco Louçã, Garcia Pereira. Partidárias umas, não-partidárias outras, todas estas candidaturas se bateram pelas suas ideias, todas contribuíram para dignificar estas eleições.

Mas hoje subo a esta tribuna para, em nome do PSD, saudar sobretudo a extraordinária vitória de Cavaco Silva.

Trata-se de uma vitória histórica. Pelo magnífico resultado alcançado que garantiu, com 6 candidatos em presença, uma decisão logo à primeira volta. A escolha dos Portugueses foi uma escolha pela positiva, não foi uma escolha feita por exclusão de partes.

Mas uma vitória histórica ainda por uma outra razão. Pela primeira vez em 31 anos de democracia foi possível eleger um Presidente da República oriundo de família política diferente da que tem sido habitual no Palácio de Belém. Esta é uma realidade nova. Uma realidade pela qual muitos de nós e milhões de Portugueses lutaram durante vários anos em sucessivas eleições presidenciais. Uma realidade que tem significado político e simbólico indiscutível. Uma realidade que prova que, em democracia e em qualquer instância do Estado, não há lugares cativos desta ou daquela família política.

O PSD sente-se especialmente orgulhoso e satisfeito. Definimos há 9 meses em Congresso uma estratégia que foi executada com todo o rigor e

que deu um forte contributo para este importante sucesso eleitoral.

Essa estratégia tinha em conta especialmente que vai sendo tempo de os partidos políticos se compenetrarem de que têm de mudar alguns dos seus comportamentos e de assumirem com clareza que não lhes pertence o monopólio da intervenção política.

Nesse sentido, sempre dissemos que a eleição presidencial não era uma eleição partidária. Em coerência com o que dissemos assim o praticámos. Não partidarisamos esta eleição.

Sempre dissemos que os candidatos deviam surgir por sua própria iniciativa, não forçados nem enfeudados a estratégias de directórios partidários. Prometemos e cumprimos.

Mas nunca escondemos que gostaríamos de ver Cavaco Silva como candidato Presidencial. A sua candidatura não era partidária. Mas Cavaco Silva foi o candidato que todo o Partido se orgulhou de apoiar. O empenhamento do PSD nesta eleição não visava, nem visa, tirar qualquer vantagem partidária desta vitória. Mas era a demonstração da convicção que temos de que um destacado social-democrata na Presidência da República, com o perfil e o estatuto de Cavaco Silva, será, seguramente, factor de credibilidade para as instituições e de confiança no futuro do País e agente activo de progresso, de desenvolvimento e de justiça social.

Ao felicitar-mos Cavaco Silva pela sua grande vitória fazemo-lo com a certeza de que será, doravante, o Presidente de todos os Portugueses, uma referência importante para o futuro de Portugal.

Com esta eleição abre-se um novo ciclo político

Com esta eleição, encerra-se uma fase e abre-se um novo ciclo político.

Um novo ciclo de confiança no futuro. A estabilidade é essencial, a confiança é decisiva. Uma maioria de Governo garante condições políticas de estabilidade. Mas não é sinónimo de confiança. Infelizmente, nos últimos tempos a confiança dos investidores, dos consumidores, dos Portugueses em geral tem vindo perigosamente a diminuir. É essencial inverter esta situação.

Um novo ciclo que crie as condições para que Portugal volte a ser um País onde se produz e onde se cria mais riqueza. Há anos que divergimos



da União Europeia e da vizinha Espanha. Temos que inverter esta situação, enveredando por políticas correctas. Apoiando as nossas empresas, privilegiando particularmente as pequenas e médias empresas que são o coração do nosso tecido produtivo, apostando em políticas que fomentem as nossas exportações. Só exportando mais, só vendendo mais para o estrangeiro, só reconquistando quotas de mercado que têm vindo a ser perdidas, até no mercado interno, Portugal poderá ser uma economia saudável e um País verdadeiramente competitivo.

Um novo ciclo capaz de enfrentar a sério o drama do desemprego. Estamos, infelizmente, a um passo curto de atingir um número histórico e preocupante de meio milhão de desempregados. Jovens licenciados no desemprego são já muitos milhares. Um País que investe muito

na formação superior de um jovem e que precisa de trabalho qualificado não pode desbaratar o capital humano que estes Portugueses representam. Temos que saber ser liberais na economia para sermos mais ousados e ambiciosos no domínio social.

Um novo ciclo que atenda especialmente aos mais fracos e vulneráveis da nossa sociedade. Os idosos, os deficientes, as crianças, sobretudo as mais pobres e desprotegidas, os jovens que precocemente abandonam a escola, têm de merecer uma atenção prioritária e urgente. Temos o dever de criar um País mais rico, mas temos sobretudo a obrigação de construir uma sociedade mais justa.

Um novo ciclo que permita enfrentar a sério os problemas da justiça.

A justiça é um importante pilar da democracia. É o último reduto da

defesa dos direitos dos cidadãos.

Precisamos de uma justiça eficaz. Mas precisamos, agora mais do que nunca, de uma justiça valorizada e de agentes da justiça prestigiados.

As reformas que se impõem na justiça têm de seguir estas preocupações. Mas sem nunca esquecer um princípio basilar: a independência das investigações judiciais. A investigação ao crime, seja ele qual for – o crime violento, o crime económico, a corrupção, ou qualquer outro – tem de ser feita sem qualquer interferência ilegítima. A investigação criminal, toque em quem tocar, ricos ou pobres, poderosos ou não poderosos tem de ser feita, sempre, sem qualquer intromissão do poder político no poder judicial.

Para que não restem dúvidas, sobretudo face a recentes acontecimentos, vou ser ainda mais claro: com este ou com qualquer outro Procurador-Geral da

República a independência das investigações face ao poder político é uma regra absolutamente sagrada. Porque ninguém está acima da lei e todo o crime deve ser investigado e reprimido.

Um novo ciclo capaz de realizar a reforma do Estado e da Administração Pública. O País só pode desenvolver-se com um Estado mais pequeno e com uma Administração Pública melhor organizada.

Também aqui avançar é essencial. Importa, porém, agir sem agredir, decidir sem afrontar, reformar sem deixar de motivar os funcionários públicos.

Um servidor do Estado tem de ser social e profissionalmente prestigiado e tem de ter autoridade. Prestigiar, valorizar e motivar os funcionários públicos são condições indispensáveis ao sucesso de qualquer reforma. Fazer o contrário é um exercício de populismo perigoso ou a afirmação de uma provocação gratuita e inaceitável.

Mas neste novo ciclo, não se pode relegar para segundo plano a cultura. Investir na cultura é também investir no desenvolvimento do País. A protecção e o fomento da cultura, nas suas mais variadas expressões, têm de fazer parte do novo modelo de desenvolvimento colectivo.

A dimensão económica e social do desenvolvimento é importante. Mas essa dimensão só pode ser alcançada por um Povo que cuida da sua cultura.

Uma política cultural alicerçada em opções partidárias provoca um divórcio entre o Estado e os agentes culturais, fomentando divisões, querelas ou polémicas inúteis. A cultura não é para controlar, a cultura é para ser respeitada e estimulada. É desta forma que se vê quem tem, ou não tem, maturidade cívica, política e democrática.

Portugal tem pela frente desafios difíceis que têm de ser vencidos.

Cumprido este passo fundamental do nosso processo democrático, é

tempo – agora mais que nunca – de pôr em prática, sem qualquer hesitação, as políticas e as reformas de que Portugal precisa.

Os Portugueses esperam por respostas para os seus problemas e anseiam acreditar que os sacrifícios que hoje os penalizam sejam garantia de um futuro melhor.

Essa é uma responsabilidade de todos, mas é em primeiro lugar uma responsabilidade de quem governa.

O tempo e a energia que têm sido gastos em propaganda e em práticas de mera acumulação de poder devem, dar lugar a políticas que efectivamente promovam o desenvolvimento, que combatam o desemprego, que apostem em mais justiça e coesão social.

Esta é a única forma de credibilizar a política, de servir os Portugueses, de honrar Portugal. – **Luis Marques Mendes, Presidente do PSD e Deputado à Assembleia da República**

Debate Mensal no Parlamento

As medidas de simplificação administrativa anunciadas pelo Primeiro-Ministro na AR não passam de “aspirinas” para doença grave!

O Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, na sua intervenção saudou hoje as medidas de simplificação administrativa anunciadas pelo Governo, apesar de considerar que são apenas “aspirinas” para um Estado “demasiado grande e gastador”.

“Para o problema grave que é um Estado demasiado grande, demasiado gastador, estas medidas são aspirinas. Para esse problema são precisos antibióticos”, afirmou Marques Mendes, que tendo começado por saudar as medidas para a simplificação administrativa e legislativa (anunciadas e apresentadas pelo primeiro-ministro, que as escolheu como tema principal deste debate), considerando-as “úteis e positivas”, aproveitou a sua intervenção para apresentar cinco medidas delineadas pelo PSD, para reduzir o peso do Estado, vincando mais uma vez a atitude do PSD de exercer uma oposição consciente e positiva, a favor da melhoria do funcionamento do Estado.

“O problema maior que o país tem é o peso do Estado, que é demasiado grande, gastador e insaciável”, salientou o líder Social-Democrata.



Como primeira medida, Marques Mendes propôs a privatização dos transportes – Carris, Metro, Transtejo e STCP: “Não existem razões para não entregar estas empresas a privados”, sublinhou, lembrando que o “Estado é geralmente mau administrador!”.

A concessão à iniciativa privada da gestão dos portos; a entrega da educação pré-escolar e o apoio aos idosos, a instituições de solidariedade social; a passagem da gestão dos

centros de formação profissional para as mãos de associações empresariais e a partilha da gestão em regime de parceria público/privada do IAPMEI, do ICEP e do Instituto de Promoção do Turismo foram as outras propostas apresentadas por Marques Mendes.

“São cinco propostas concretas para diminuir o peso do Estado, são cinco medidas que têm duas grandes vantagens: combatem o clientelismo

e evitam o aumento dos impostos”, insistiu Marques Mendes, voltando a criticar a decisão do Governo em aumentar a já tão pesada e paralisante carga fiscal que incide sobre a maioria dos cidadãos.

As auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUT) voltaram a ser trazidas ao debate por Marques Mendes, que recordou o recente aumento do imposto sob os combustíveis.

“Cada vez que um português pega na mangueira para abastecer o automóvel está a pagar seis escudos por litro para pagar as SCUT”, disse Marques Mendes, acusando José Sócrates de aumentar assim o preço dos transportes públicos e de alguns bens essenciais, apenas para suportar a sua “birra” de não introduzir portagens nas SCUT.

As SCUT foram, são e serão, soluções erradas, que o Governo continua a manter, embora decerto convencido do seu erro, mas persistindo no erro, por simples teimosia do Primeiro-Ministro – um caso semelhante ao das célebres medidas de co-incineração, que marcaram a sua passagem pelo Ministério do ambiente, no tempo do “Pântano” do engº Guterres...

– **Lusa, Gab. Imp. AR/PSD; fotos Luis Saraiva**



Intervenção sobre a crise da justiça

Deputado Duarte Lima

Assembleia da República, 26 de Janeiro de 2006

(...)

Subo a esta tribuna para tecer algumas considerações sobre aquele que é hoje um dos temas mais pertinentes na nossa sociedade e no nosso debate público: o da crise da justiça, em particular da justiça criminal.

Faço esta intervenção a título pessoal, em nome de um imperativo de consciência, no exercício irrenunciável do meu mandato como deputado, e por isso as considerações que produzirei apenas me vinculam a mim próprio.

(...)

Num regime democrático digno desse nome, a existência de um sistema judicial operativo, célere, e eficaz, capaz de dizer o direito e realizar a justiça, é tão importante como a existência de instituições democráticas representativas que exercem a soberania em nome do povo. E se este objectivo é nuclear no âmbito da jurisdição cível, ele torna-se mais nuclear ainda no âmbito da jurisdição criminal, porque o que aqui está em causa é o exercício do direito punitivo do Estado, direito esse que se exerce em grande parte através de limitações legítimas aos direitos, liberdades e garantias das pessoas.

Ora, quando não é possível garantir uma justiça célere e imparcial, não são apenas os cidadãos, as empresas, ou o curso da economia que são lesados, é o próprio coração do Estado democrático que é atingido e está aberto o caminho para todas as formas de descontentamento, revolta e contestação. Não deveria andar tão esquecida aquela velha máxima que diz que “é fácil obedecer a quem governa com justiça, tão fácil como desobedecer a quem governa sem ela”.

Para qualquer problema da vida, a autoconsciência do erro é o começo da cura, e se queremos ajudar a debelar a grave crise em que está hoje mergulhado o nosso sistema de justiça, em particular a criminal, devemos ter a coragem de apontar os bloqueamentos que o limitam e

descredibilizam, e propor soluções que o melhorem.

(...)

São três as questões fundamentais a que, como legisladores, no quadro de uma responsabilidade que é exclusivamente nossa, deveremos dar resposta: a do reforço da legitimidade democrática dos órgãos judiciais; a do modelo de organização; a dos instrumentos de acção.

Começo pelo tema do **reforço da legitimidade democrática**.

Tem que ser dito e assumido que o sistema de justiça sofre de um formidável défice de legitimidade democrática, legitimidade que é tanto mais necessária na medida em que as sociedades modernas são sociedades nas quais o direito é cada vez mais omnipresente. Na sociedade globalizada em que vivemos, em que todos os poderes do estado são sujeitos a um escrutínio implacável e crescente, uma ilha de opacidade, de segredo, de arcanos, sobressai, e essa ilha é a da justiça, em particular a justiça criminal.

Não é hoje admissível a existência de poderes investidos da prerrogativa da soberania que não estejam sujeitos a escrutínio, que não sejam responsabilizáveis, não em circuito fechado, não por um colégio de pares, mas por órgãos externos e independentes. Não é admissível que, salvaguardadas as respectivas diferenças quanto à natureza da função, que sobre a administração da justiça se não exerça um escrutínio semelhante ao que se exerce sobre os demais órgãos de soberania.

A mistura explosiva entre o sensacionalismo e a instrumentalização do processo de inquérito, com fugas de informação sempre selectivas e cirúrgicas, mas jamais inocentes, operaram uma translação do lugar da justiça, antes radicada na decisão de um juiz no momento de proferir a sentença, hoje esgotada, em termos práticos, na simples decisão de acusação de um magistrado do ministério público, quando não, nas situações mais tortuosas, nas referidas fugas que vão queimando os destinatários como cicuta. Em tais casos, a decisão final de um juiz, mesmo que absolutória, de pouco serve.

O nosso sistema constitucional e legal levou a uma total autonomia das instituições judiciárias, a tal ponto que se desligou o sistema da justiça da responsabilidade dos órgãos democráticos e também de qualquer escrutínio exterior.

Entendo assim que este Parlamento, em futuras revisões constitucionais e legais, deveria repensar a forma de constituição dos Conselhos Superior do Ministério



Público e da Magistratura, retirando-lhe o seu actual carácter corporativo, a garantindo que as suas competências de fiscalização e controle não sejam exercidas pelos próprios e para os próprios, antes recebam uma legitimação democrática alargada e independente. Naturalmente que nesse órgão devem ter assento membros das magistraturas, mas a única forma de garantir a sua independência, transparência e efectiva responsabilização reside na eleição de uma maioria de membros exteriores a ambas.

O segundo tema é o da **organização**.

No caso concreto da justiça criminal, assistimos a uma degradação que vem de há muitos anos e atinge níveis intoleráveis. Não há um rosto que responda efectivamente pelo Ministério Público - a única magistratura hierarquizada - e que responda perante um órgão democraticamente legitimado. Se tomarmos em consideração a grande maioria dos sistemas constitucionais e legais dos países democráticos, veremos que em poucos se foi tão longe na deriva da autonomia do ministério público como entre nós, com resultados que estão à vista. Ora, cabendo aos órgãos de soberania electivos, segundo a Constituição, a competência para definir a política criminal, sendo eles em última instância responsabilizados pelos eleitores pelos seus resultados, não se compreende que não tenham instrumentos eficazes para a promover. Chegando ao ponto de Portugal ter, em todos os governos, a consagração da figura de um ministro da Justiça, que na prática não tem meios de responder pela administração da mesma. Sei que esta afirmação parecerá temerária a alguns, que argumentarão com a intocabilidade da autonomia do MP, mas não é esta possibilidade de responder perante alguém democraticamente legitimado que

põe em causa essa autonomia. É preferível uma investigação criminal hierarquicamente subordinada a um poder legitimamente eleito, do que uma situação como a actual, em que se não tem de prestar contas a ninguém.

Há cerca de dez anos atrás, num lúcido livro intitulado “A Embriaguês Democrática” o ensaísta Alain Minc lembrava o seguinte, sob este tema: “A independência e a autonomia das magistraturas constitui uma garantia para a democracia. Mas o excesso de independência e de autonomia pode tornar-se numa ameaça. É necessário encontrar o equilíbrio entre os dois extremos”.

E falando ainda do tema organização, deve igualmente ser dito que se revelou profundamente errado, do ponto de vista conceptual e prático, o actual modelo que atribui ao MP competências de investigação, em concorrência com a PJ. Como muitos previam, este modelo levou à policiaização do MP, a disputas de competências com a polícia de investigação, a ineficiência. A conclusão óbvia só pode ser que a investigação criminal deve ser deixada para as polícias, ficando o MP com a direcção processual e a fiscalização das mesmas polícias.

O terceiro tema, é o dos **instrumentos de acção**.

Limito-me a referir apenas três, todos eles com incidência na esfera dos direitos, liberdades e garantias, que não podem deixar de ser repensados em função da experiência.

O primeiro, tem que ver com o **regime da prisão preventiva**, que entre nós tem prazos medievais de duração, que abrange largos milhares de pessoas e que deixou de ter o carácter excepcional com que foi concebida para se tornar num instrumento corrente da investigação; e se esta questão tem importância, em termos gerais, para qualquer cidadão, ela torna-se particularmente injusta para aqueles que, por exiguidade de recursos económicos, não têm



*Deputado Duarte Lima
Assembleia da República, 26 de Janeiro de 2006*

capacidade de contratar bons advogados para a contestar. É uma matéria que tem que ver com a forma como, numa sociedade democrática, são garantidos os direitos e as liberdades de quem não é nem condenado nem sequer ainda acusado, e basta termos presente a recente crise vivida, na Câmara dos Comuns, no interior da sua própria maioria, pelo senhor Blair, - sendo que no caso concreto se tratava da situação extrema de pessoas suspeitas de crimes de terrorismo - que pretendia alargar o prazo da prisão para 90 dias, para percebermos a diferença cultural que se traduz no modo como lidamos com este problema.

O segundo tem que ver com os **prazos dos inquéritos**, que têm que passar a ser peremptórios. Apesar dos limites consagrados na lei, qual é a prática entre nós? Na prática penal, o único limite é o da prescrição. Isso significa que, naqueles casos extremos em que a prescrição é de 10 anos, um inquérito pode demorar os mesmos 10 anos. Ora isto torna-se intolerável, se pensarmos nas situações em que existe pessoa



constituída arguida, com o seus direitos limitados, e tantas vezes sujeita ao estigma de ver em causa o seu bom nome e a sua honra.

E passo ao terceiro exemplo, a coqueluche do momento que é a **utilização abusiva das escutas telefónicas**. Aquilo que é hoje do conhecimento público permite concluir inequivocamente, pela transcrição em jornais de conversas que não deveriam constar sequer dos processos, por não terem qualquer relevância criminal, é que há demasiadas situações em que as escutas telefónicas são usadas de

forma desregrada e abusiva, e muitas vezes com finalidades claramente políticas, como forma de condicionar o poder político nas suas decisões atinentes às reformas da justiça.

Vale por todas a transcrição no Expresso de conversas entre dirigentes do CDS e do PS sobre eventuais decisões de mudar ou não o PGR, que são do foro estritamente político, e que são usadas como forma de condicionamento do poder político, trazendo inevitavelmente à nossa memória o que se fazia no tempo em que os portugueses eram vigiados por uma polícia política.

Aqui chegados, só podemos dizer basta, porque estamos no âmago da violação de direitos e garantias fundamentais. E por mais nobre que seja - e é - a finalidade do combate àqueles que violam a lei, tal combate só pode ser feito com base nas regras e instrumentos do próprio estado de direito.

Tal como na prisão preventiva, as escutas telefónicas começaram por ser usadas como método de excepção para combater determinado tipo de crimes graves. Progressivamente, o seu âmbito foi-

se alargando, até chegarmos à situação que hoje vivemos, em que a excepção se transformou a regra. Torna-se, por isso, imperativo tomar uma medida de sanidade elementar, que é a de restringir a admissibilidade das escutas telefónicas àquelas situações de gravidade extrema em que está em causa a vida e a segurança das pessoas, nomeadamente os crimes de terrorismo organizado, de tráfico de droga e os crimes de sangue. E, conhecidos os abusos de que se falou, tal utilização não pode deixar de ser fiscalizada por um órgão independente, eleito pelo Parlamento, com poderes de conhecer e verificar as circunstâncias em que as escutas se processam, garantindo a todos e a cada um que só naqueles casos excepcionais é admissível violar a intimidade da vida pessoal.

(...)

...é nossa, antes de mais, a responsabilidade de fazer da nossa democracia uma democracia mais sã, e do nosso sistema de justiça um sistema mais justo e transparente.

(...)



Intervenção sobre o Dia da Memória do Holocausto

*Deputado Henrique de Freitas
Assembleia da República, 26 de Janeiro de 2006*

(...)

Campos de concentração e de extermínio, fazem parte das páginas mais negras da História da Europa do Século XX. Fazem parte de um passado irreparável que carregamos no peso da nossa História.

Mas, a ser verdade que nenhum momento pode fazer, parar o tempo, lembrar, hoje e aqui, Dachau, Treblinka, Bergen-Belsen, Auschwitz-Birkenau, é inaugurar um tempo de memória. Já que é libertando a nossa memória colectiva que podemos restituir ao passado a sua verdade moral e, dessa forma, torná-lo superável.

Por isso se fez justiça em Nuremberga, julgando os crimes contra a humanidade. Fez-se justiça sobre o passado e numa fidelidade à História denunciou-se publicamente a realidade dos crimes nazis.

Porque julgar a História é, ainda assim, estar na História. Porque esta não pára nunca. Não termina. Não se suspende. E repetir o passado, através da memória, é também fazer História. Daí este Dia Internacional da Comemoração em Memória das Vítimas do Holocausto, proclamado pelas Nações Unidas.

E se são as vítimas que queremos

evocar, porque não ouvir a sua voz através da dor das suas palavras e cito: *“Para a maioria dos que fomos libertados em Bergen-Belsen, não houve alegria na libertação. Tínhamos perdido as nossas famílias. Tínhamos perdido as nossas casas. Não tínhamos para onde ir. Não tínhamos ninguém para abraçar. Ninguém, em lado nenhum, estava à nossa espera. Libertaram-nos da morte e do medo da morte, mas não fomos capazes de nos libertar, a nós próprios, do medo da vida.”*

O que aqui se relata é a luta corpo a corpo da tortura política. O que aqui se relata é um crime contra a Humanidade. Que se alimenta da morte, antes da morte.

Em que a aniquilação psíquica, antecede a aniquilação física.

Em que o abandono da vontade, da liberdade e da personalidade; antecede o abandono da vida.

É sentir a desumanização, a desfiguração do pensamento, a perda de todo o respeito humano, todo o amor-próprio, toda a auto-estima.

É, desde logo, sentir o peso da solidão moral.

É viver a experiência de não-pertença absoluta ao Mundo, uma das experiências mais radicais e desesperadas da condição humana.



É, ainda, a morte em vida.

Vida que começa a ser posta em causa quando se confundem seres humanos com coisas, quando se podem trocar mil canhões, por um milhão de judeus. Ou quando, como fez Himmler, se tratam os judeus como, única e exclusivamente, *“matéria biológica de valor”*.

Estes são crimes contra a humanidade que esvaziam a personalidade e no limite retiram a

cada ser humano, o *“direito de ter direitos”*.

É a humanidade nua.

Mas esta cegueira perante e infelicidade dos outros, esta ausência de imaginação do coração - tão constitutiva do pensamento totalitário - não é só passado.

Não foi há sessenta e um anos que um observador da OSCE, no Kosovo, ficou chocado com a atitude de um oficial que, à frente dos seus próprios olhos, matou a sangue frio uma criança de cinco anos como se estivesse a livrar-se de um cão incomodativo, sem quase lhe prestar atenção. Foi, há pouco mais de oito anos.

Por tudo isto, o PSD saúda a institucionalização deste Dia Internacional para que os crimes cometidos pelo nazismo permaneçam na memória das gerações futuras como uma advertência contra genocídios similares, que assentam no desprezo pelos outros seres humanos, no ódio, no anti-semitismo, no racismo e no totalitarismo.

Em memória das Vítimas do Holocausto, e de cada um dos seus nomes, possamos não mais dizer, nos nossos dias, que voltámos a estar na presença de um *“crime sem nome”*.

(...)



Intervenção sobre a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para apreciação dos actos do governo referentes à reestruturação do sector energético

Deputado Hugo Velosa

Assembleia da República, 26 de Janeiro de 2006

(...)

Pretende o PCP a constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar para apreciação dos actos do Governo referentes à reestruturação do Sector energético em Portugal e da sua intervenção nas alterações do Capital Social da GALP e EDP.

O PSD tem também ainda muitas dúvidas sobre a actuação do Governo no sector energético.

Desde logo em relação à anunciada construção de uma nova refinaria em Sines.

O Ministro da Economia, como sempre, preocupado com a sua imagem anunciou esse grande investimento para Sines. No confronto com a Assembleia da República afirmou que nem existia estudo de impacte ambiental. Ou seja, anunciou o investimento mas falta tudo!

Aliás, o PSD seguirá com atenção estas questões pois como é sabido há muitos anos que não se constrói na Europa uma refinaria com a dimensão anunciada essencialmente pelos gravíssimos impactes ambientais com os efeitos negativos para Portugal em relação ao Protocolo de Quioto.

O PSD, sem necessidade da Comissão de Inquérito, vai exercer a sua fiscalização política nesta questão, lançando inclusivamente o debate necessário sobre as alternativas à citada refinaria, incluindo a análise da evolução de outras fontes de energia.

As alterações provocadas na GALP e na EDP também nos suscitam dúvidas



e infelizmente ainda não totalmente desfeitas.

O PSD vai continuar atento aos próximos desenvolvimentos e sobretudo aos efeitos das políticas adoptadas, já que o Senhor Ministro da Economia quando vem ao Parlamento não esclarece convenientemente estes e outros assuntos. O Ministro é muito mais claro a anunciar nos órgãos de comunicação social grandes investimentos que ou são impossíveis, ou, ainda não havia condições para o seu anúncio (é o caso da nova refinaria de Sines).

De resto o PSD não está de acordo com os considerandos e os objectivos políticos e económicos que o PCP apresenta. O PCP tem uma visão de gestão política e económica do sector energético bem

diferente da visão do PSD.

A nova era da energia está a propender cada vez mais para soluções de mercado e sobretudo de grande concorrência em detrimento de esquemas monopolistas, públicos e intervencionados que pertencem ao passado.

Nós defendemos isto e certamente o PCP não !

Aliás, o mesmo se diga da visão que o PCP tem sobre os ex-membros do Governo envolvidos nestas matérias. Para nós desde que respeitada a Lei e não havendo indícios de praticas de actos puníveis por Lei, nada temos a opor que os melhores ocupem cargos em empresas, mesmo que tenham sido membros de Governos. Ser ex-membro de Governo não torna os cidadãos interditos ou inabilitados.

Também aqui o PSD tem uma visão diferente do PCP.

Os actos do Governo neste sector continuarão a ser permanentemente acompanhados pelo PSD que suscitará sempre a sua fiscalização pela Assembleia da República.

Desde logo o PSD vai suscitar de imediato a vinda urgente do Senhor

Ministro da Economia à Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, para novos esclarecimentos sobre:

1. Exploração de petróleo na Costa Algarvia – o Senhor Ministro da Economia comprometeu-se responder numa semana ao meu colega José Mendes Bota, passaram 15 dias e nada disse ! O Senhor Ministro como sempre está mais preocupado com a imagem !

2. Refinaria de Sines – em que tudo está por explicar !

3. GALP e EDP – para esclarecimentos sobre o real papel do Estado (Leia-se Governo), enquanto accionista nessas empresas.

4. Novos preços anunciados para a electricidade e qual o papel da ERSE nesta matéria ?

5. Esclarecimento sobre a legislação do sector que começou por ser, no Programa do Governo, Leis de Base e passou aos anunciados Decretos-Lei.

Sem necessidade de Inquérito Parlamentar o PSD não aceitará que o Senhor Ministro da Economia e o Governo actuem em “roda livre” num sector fundamental para os cidadãos enquanto consumidores.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento ao Governo

Sobre o regulamento de competições aprovado em 25 de Junho de 2005 pela Federação de Andebol de Portugal, através do qual as equipas das Regiões Autónomas só participam numa fase final, sendo, por isso, afastadas da fase regular dos campeonatos

Deputado Hugo Velosa

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre a reestruturação territorial das Forças de Segurança: encerramento de esquadras e postos da PSP e GNR

Deputado Ricardo Martins

Requerimento ao Governo

Sobre o atraso significativo que as telecomunicações e tecnologias de informação apresentam nos Açores em relação à média nacional.

Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sobre a Fiscalização na reserva natural do estuário do Tejo

Deputados Luís Carloto Marques; Luis Rodrigues

Requerimento ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; À Câmara Municipal do Seixal, e à Câmara Municipal de Almada.

Sobre as condições de funcionamento da ETAR da Quinta da Bomba, Miratejo, nos Concelhos de Almada e Seixal

Deputados Luís Carloto Marques; Luis Rodrigues

Agenda Parlamentar

QUARTA-FEIRA, DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2006 – 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Projecto de Lei n.º 139/X (PSD)
(Estabelece as normas sobre acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade condicionada no meio urbano e edificado)

Projecto de Lei n.º 140/X (BE)
(Diagnóstico genético pré-implantação e intervenções na linha germinativa)

QUINTA-FEIRA, dia 02 de FEVEREIRO de 2006, 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

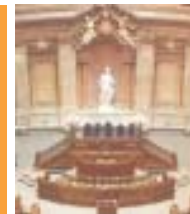
Proposta de Lei n.º 47/X (GOV)
(Altera o Código de Processo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44129, de 28 de Dezembro de 1961, designadamente procedendo à introdução da regra de competência territorial do Tribunal da Comarca do réu para as acções relativas ao cumprimento de obrigações e à modificação da competência territorial dos solicitadores de execução no âmbito do processo executivo, bem como o Estatuto da Câmara dos Solicitadores)

Projecto de Resolução n.º 35/X (PEV)
(Elaboração do segundo inquérito alimentar nacional)

Votações às 18:00h

SEXTA-FEIRA, DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2006, 10.00H

Perguntas ao Governo de âmbito geral



Intervenção sobre o regime de atribuição de suplementos e outras compensações que se fundamentassem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade

Deputado Sérgio Vieira

Assembleia da República, 26 de Janeiro de 2006

(...)
Um Decreto-Lei de 1998 estabeleceu um prazo máximo de 150 dias para serem regulamentadas as compensações nele previstas, no âmbito do exercício de funções nos serviços e organismos da administração local.

Sucedem, no entanto, que volvidos todos estes anos, este Decreto-Lei ainda não foi regulamentado, o que veio a trazer sérios prejuízos para funcionários e agentes da Administração, particularmente das Autarquias Locais.

A falta de regulamentação deste Decreto-Lei permitiu que uma inspecção promovida pela IGAT, à Câmara Municipal do Porto, determinasse como ilegal o pagamento do prémio do trabalho nocturno que esta Câmara atribuiu a cerca de 600 funcionários dos Serviços Municipais de Higiene e Limpeza, provocando um sério problema na Cidade do Porto.

(...)
A Assembleia da República vê-se obrigada a debater este problema e a fazer recomendações ao Governo porque sabe que da parte deste existe uma completa inacção.

Acresce, ainda, que sobre este problema, o Governo tem revelado

um autismo e uma insensibilidade inaceitáveis.

E é perante esta postura do Governo sobre este problema que o Grupo Parlamentar do PSD, conjuntamente com o Grupo Parlamentar do CDS/PP, apresenta um Projecto de Resolução sobre o regime de compensações pela prestação de trabalho ao serviço da Administração Local em condições de risco, penosidade e insalubridade.

Com a força política que uma decisão da Assembleia terá, a nossa Proposta é, fundamentalmente, que o Governo aprove, no prazo máximo de 30 dias, a regulamentação do artigo 13º do Decreto-Lei nº 53-A/98, o que virá, de uma vez por todas, a corrigir as injustiças existentes.

(...)
Saúdamos a bondade das diversas Propostas apresentadas pelos outros Grupos Parlamentares, mas quanto aos Projectos de Lei do

PCP e do BE entendemos que, por esta ser uma matéria de exclusiva competência do Governo, a Assembleia da República não deve actuar através de Projectos de Lei mas sim através de recomendações ao Governo.

Quando ao Projecto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista



que, apesar de vir na sequência do que vem sendo exigido, de forma veemente, pela Câmara Municipal do Porto, ou seja, a intervenção e actuação urgente do Governo para a resolução deste problema, levantamos as maiores dúvidas por propor a criação de um normativo provisório que só assegura a legalidade do pagamento do suplemento salarial nas Autarquias em que este já existe.

Ou seja, para o PS não há problema nenhum em proporem a consagração de trabalhadores de primeira e trabalhadores de segunda.

De permitirem, por exemplo, que possam existir cantoneiros que por exercerem a sua actividade no Porto ganhem mais através de um prémio nocturno e que outros, que tendo

exactamente a mesma actividade, por trabalharem noutra Autarquia recebam menos.

É para nós uma posição de clara injustiça.

E o argumento da necessidade de contenção orçamental, por parte do Estado, é hipócrita quando vem de um Partido que não olha a gastos com as SCUT, o Aeroporto da OTA e o TGV sem ligação à Galiza, como é o caso do Partido Socialista.

(...)
O resultado mais provável deste Debate é a aprovação, nesta Câmara, por maioria, do Projecto de Recomendação do PS, e é verdade que este Projecto recomenda ao Governo a rápida resolução dos direitos dos trabalhadores que já recebem o suplemento salarial como é o caso do prémio nocturno na Cidade do Porto.

Isso, em si, é politicamente um avanço significativo, demonstrando que valeu a pena a nossa iniciativa, mas é inadmissível e politicamente insustentável que o PS não tenha aproveitado esta ocasião para recomendar ao Governo a imediata regulamentação do Decreto-Lei nº 53-A/98, o que permitiria, assim, a correcção de algumas das graves injustiças laborais que temos em Portugal.

(...)

Intervenção sobre a criação do sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes

Deputado Ricardo Martins

Assembleia da República, 25 de Janeiro de 2006

(...)
Importa começar por situar esta actividade à luz da legislação em vigor.

Nos termos do **Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro**, entende-se por extracção de inertes a intervenção de desassoreamento das zonas de escoamento e de expansão das águas de superfície, quer correntes, quer fechadas, bem como da faixa costeira, da qual resulte a retirada de materiais tais como areia, areão, burgau, godo e cascalho.

Daqui resulta que esta actividade não poderá, em momento algum, reger-se por necessidades do mercado da construção civil e obras públicas antes deve efectuar-se no estrito respeito por uma gestão racional dos recursos das bacias hidrográficas e deve constituir-se como uma actividade essencial para a manutenção das condições de segurança nos canais de navegação,

cais de acostagem, entradas de portos comerciais e bacias de manobras.

Todos reconheceremos, facilmente, que esta actividade deve obedecer a um rigoroso controlo, pois a extracção de materiais inertes pode causar danos irreparáveis nos ecossistemas designadamente, ao prejudicar o natural curso das correntes, a integridade dos leitos e margens, a destruição de fauna e flora aquática e marginal bem como, o uso de águas para outros fins.

Foi precisamente para garantir este desiderato que foi construído um quadro normativo legal que condiciona o exercício desta actividade à necessidade de obtenção de um título de utQilização e que tal só é permitido e concedido quando existam planos específicos de extracção de inertes que definam com exactidão os locais e as quantidades a extrair.

(...)
É à luz deste edifício normativo que devemos analisar e avaliar dos benefícios que este Projecto-Lei pode acrescentar à legislação já em vigor.

Mas não sem antes lembrar que este diploma não é novo, diria mesmo que estamos em presença de um Projecto-Lei requeitado que perdeu qualidades desde a data da sua primeira apresentação neste Plenário e que remonta ao ano de 2001.

E perdeu qualidades não porque o texto tenha sofrido qualquer corte ou alteração mas precisamente porque ao não sofrer nenhuma alteração, não foi melhorado e está hoje manifestamente coxo e desajustado face à evolução dos acontecimentos e da legislação entretanto produzida.

(...)
Se a intenção é alargar a todo o País o funcionamento de um sistema

de monitorização da actividade de extracção de inertes idêntico ao actualmente em funcionamento no Douro e Tejo, então podem contar com o nosso aval.

Pelo contrário, se a ideia é criar um sistema totalmente de raiz, fazendo tábua-rasa do GeoDouro e GeoTejo e obrigando a que estes sistemas sejam abandonados em nome de uma qualquer uniformização, obrigando a novas aquisições de equipamento, sempre de elevado dispêndio, por parte das Instituições e dos empresários, então não contem conosco.

Pois já diz a sabedoria popular que **“em equipa vencedora não se mexe”**.

Estamos certos que o Partido Socialista está disponível para, em sede de comissão, melhorar este diploma para que ele possa cumprir os seus objectivos.

(...)



Intervenção sobre a Lei - Quadro da Política Criminal

Deputado Paulo Castro Rangel

Assembleia da República, 25 de Janeiro de 2006

(...)

[1. *Os órgãos de soberania como titulares da definição da política criminal – um princípio sempre defendido pelo PSD*]

(...)

Trata-se evidentemente do princípio de que a definição da política criminal deve caber,

em primeira instância e com integral respeito pela regra sagrada da autonomia da investigação criminal e da independência do poder judicial, aos órgãos de soberania, e deve caber-lhes em razão primeiro, da sua legitimidade democrática,

segundo, da sua intrínseca adequação institucional

e, terceiro, da possibilidade de estabelecimento de um princípio de plena responsabilidade.

Recapitulada a posição substantiva e a responsabilidade histórica do PSD

– que se traduzirá numa disponibilidade de princípio, para, na especialidade, vir a fazer alterações e acertos –,

importa pôr em evidência algumas perplexidades.

[2. *Modos de formulação da política criminal: a incontornável questão dos meios*]

Antes de tudo, convém esclarecer que esta lei-quadro não é uma via única, nem obrigatória, de realização do programa constitucional de política criminal.

É apenas uma das vias possíveis e será sempre, mesmo quando completada com a concretização bienal, uma via insuficiente,

porque, quer se queira quer não, traduz apenas uma abordagem “normativa”, típica de “law in books”.

E o problema da política, aí incluindo a política criminal, é, não tanto o da enunciação dos fins, mas principalmente o da relação entre os meios e os fins.

É no reino dos meios – e não só dos fins – que se faz a política.

A suborçamentação consciente, repito, suborçamentação consciente, das polícias em geral e da judiciária em especial, do ministério público e dos serviços prisionais

– que, na altura devida, neste mesmo hemiciclo o PSD, e eu pessoalmente, denunciámos –

também revela e consubstancia uma política criminal.

A fé posta na eficácia quase mítico-mágica desta lei e da sua concretização, sem afectação de meios e recursos adequados, pode ter efeitos contraproducentes.

(...)

convençam-se de uma coisa: assim como no fim-de-semana passado não houve “milagre das rosas”,

não haverá no futuro, sem meios e sem racionalização efectiva, o “milagre dos pães”:

as rosas não vão transformar-se em pães.

[3.1. *A ambiguidade da proposta: só através da sua concretização se pode conhecer da sua praticabilidade*]

Concentrando-nos apenas na proposta de lei-quadro:

se alguma palavra há que a define e descreve, apesar dos seus bons propósitos, essa palavra é “ambiguidade”.

Ambiguidade, em primeiro lugar, porque ela representa um “cheque em branco”.

Não pode avaliar-se esta proposta, sem conhecer o conteúdo das suas formas de concretização.

Só perante um modelo concreto de estabelecimento de “prioridades, objectivos e orientações”, só perante uma projectada “resolução”,

se pode dizer que o modo de funcionamento aqui organizado é praticável.

[3.2. *A ambiguidade da proposta: oportunidade vs. legalidade*]

“Ambiguidade”, em segundo lugar, porque, apesar das juras proclamatórias do preâmbulo e do texto, não se desvenda nem vislumbra que exercício de alquimia jurídica poderá reduzir uma indesejável e real “liberdade de escolha factual” do ministério público sem pôr em causa as traves mestras do princípio da legalidade.

[3.3. *A ambiguidade da proposta: a via organizatória como via mais transparente e eficaz*]

“Ambiguidade”, em terceiro lugar, porque, operando-se inequivocamente uma redução da autonomia do ministério público,

se recusa, por outro lado, mexer no seu estatuto organizatório, reforçando a responsabilidade hierárquica e retomando algumas soluções anteriores à deriva – então “autonomista” – do PS, do estatuto de 98 e iniciativas subsequentes.

Não seria mais transparente e mais adequado à Constituição, em face da inequívoca legitimidade democrática do Procurador-Geral da República,

reforçar a cadeia hierárquica do ministério público, acentuar a responsabilidade “interna” de cada magistrado e departamento,

configurando a autonomia como



autonomia da magistratura e não como atributo singular de cada magistrado, tudo isto com um aprofundamento da responsabilidade executiva do Procurador-Geral e dos canais de comunicação parlamentar?

Não se cumpriria mais ao pé da letra a Constituição, apostando na variável organizatória e estatutária em detrimento da variável funcional e material?

[3.4. *A ambiguidade da proposta: o efeito perverso da publicitação da estratégia de prevenção e repressão*]

“Ambiguidade”, em quarto lugar, porque a assunção pública e altamente mediatizada das prioridades de política criminal pode degenerar num precioso sinal para o mundo do crime.

Num contexto de sofisticadas redes, detentoras de poderosíssimos meios de actuação,

a publicitação de prioridades e o resguardo que os “titulares da investigação” nelas encontrarão podem facilitar a descoberta de “nichos” de impunidade,

onde as “cifras negras” deixarão de ser o resultado aleatório do esforço de investigação, para passarem a figurar como o imprudente anúncio de uma previsão.

[3.5. *A ambiguidade da proposta: a subalternização da pequena criminalidade, disseminação da insegurança e insuficiência da informação relevante*]

“Ambiguidade”, em quinto lugar, porque a pressão mediática – e a sua consabida perversão – poderão ter um papel decisivo no escalonamento das prioridades.

E o risco é conhecido: o de ficar para trás a pequena criminalidade, que não faz manchetes nem abre noticiários,

mas que é o principal indutor do sentimento de insegurança.

E não menos grave que isso: aniquilará um importante alfofre de informação para a prevenção e investigação criminal.

O pequeno crime é a antena e a extensão visível dos grandes cartéis. Poderá quem se propõe lutar contra o tráfico de pessoas, armas e drogas, contra o terrorismo, prescindir dessa fonte de informação única?

[3.6. *A ambiguidade da proposta: vinculação e conteúdo normativo sem forma legal e sem controlo da constitucionalidade*]

“Ambiguidade, em sexto e último lugar,

porque, o Governo optou pela forma, política e programática, de “resolução” parlamentar.

Podendo perceber-se essa opção, subsistem razões mais ponderosas, que recomendam a forma de lei, de lei concretizadora da lei-quadro.

Por um lado, porque só isso permitirá cumprir os ditames próprios do princípio da legalidade; por outro, porque existem dimensões normativas e vinculantes que postulam a forma legal.

Finalmente, só ela garante a possibilidade de controlo da constitucionalidade da lei, nomeadamente de controlo preventivo.

Ora, numa matéria que, por definição, toca os mais finos equilíbrios constitucionais – designadamente, os que respeitam ao poder judicial –,

não pode, por uma janela ou por uma fresta, impedir-se o acesso ao Tribunal Constitucional.

Uma matéria tão estruturante como esta, uma verdadeira lei de enquadramento, não devia, ela própria, incluir-se num consenso global sobre a justiça ou, pelo menos, numa proposta governamental global.

O PSD não pede nem sugere para a concretização da política criminal, biénio a biénio, a formação de uma ampla maioria. Mas o seu enquadramento geral não deveria ser objecto de uma convergência alargada, num espírito de reforma global do sistema?

Seja como for, insiste-se na forma de lei: não pode prescindir-se da estipulação da possibilidade de controlo da regularidade constitucional das formas de concretização da lei-quadro.

Correr-se-ia o risco, no mais sensível dos domínios, de gerar “deslegitimação, desconfiança e incerteza”, – nada de menos recomendável, especialmente no agitado transe em que vive o sistema judicial.

(...)

Pelo seu propósito, e tal como está, esta lei merecerá, por agora, o benefício da dúvida que só o voto de abstenção poderá dar.

(...)

2006: O início de uma nova era para a emigração Portuguesa?

Eduardo Neves Moreira (*)

A partir da eleição do Prof. Aníbal Cavaco Silva para a Presidência da República, a nação portuguesa passa à expectativa de ter alcançado o período de tranquilidade democrática há muito desejado pelos portugueses, pois que na situação actual vêm demonstrando um certo cansaço confrontados que têm sido pela agitação resultante dos recentes e frequentes processos eleitorais e por alguns picos de instabilidade política que se reflectem numa crescente apatia por novas iniciativas no processo produtivo nacional e pela reduzida intervenção da iniciativa privada na actividade económica carente de um clima mais favorável e afirmativo, mas de absoluta necessidade para a realidade do nosso país.

Com a posse do novo Presidente da República, o governo chefiado por José Sócrates terá, pela primeira vez, oportunidade de governar sem estar pressionado pela proximidade de novas eleições e adoptar as medidas mais necessárias ao país sem a preocupação de que as mesmas sejam as mais "politicamente correctas" para a ocasião, pois não há o que temer quanto à avaliação política das mesmas pelo Povo, nas urnas, visto que eleições, agora, só em 2009.

A população portuguesa emigrada, (cerca de 4.500.000 indivíduos) mas com uma participação política na vida nacional muito aquém do que seria desejável e aceitável, também está com grandes expectativas considerando que o Prof. Cavaco Silva anunciou que, se eleito, fará criar na Presidência da República uma assessoria especial para os assuntos das comunidades portuguesas no estrangeiro e, sempre que se divulga uma nova acção que possa vir a corrigir a deficiência verificada para com os emigrantes, estes reagem com um clamor de esperança quanto ao seu futuro e quanto ao reconhecimento do seu devido valor, elementos fundamentais para a sua real integração no espaço português e nos destinos da nossa nação.

Embora a política relativa às comunidades portuguesas emigrantes tenha a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros através da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, o facto de haver uma assessoria política voltada para auscultar os interesses e os anseios dos portugueses espalhados pelo mundo é uma notícia alvissareira, de grande



Marques Mendes e o PSD têm dado especial atenção à emigração e aos seus problemas, acompanhando de perto as realizações das comunidades da diáspora

alcance e que poderá trazer resultados muito importantes para uma maior integração entre todos os portugueses.

Os resultados auferidos das últimas eleições presidenciais com referência aos portugueses residentes no estrangeiro são desanimadores: dos 187.370 recenseados (o que já é um número muito abaixo do que podia se esperar), apenas cerca de 10% deles exerceram o seu direito de voto, o que estimula o surgimento de muitas questões entre as

quais:

- a) Porquê os emigrantes não se recenseiam?
- b) Porquê tão poucos exercem o seu direito eleitoral?

A resposta a estas e outras questões é que poderão produzir resultados que se traduzam num melhor posicionamento dos emigrantes no contexto nacional e na sua participação no quotidiano do país, aumentando a sua capacidade de integração pela via do seu posicionamento ímpar nas terras em que vivem, fruto de um universalismo que as nossas navegações nos legaram e que as gerações actuais ainda conseguem manter com as suas obras, suas realizações e o seu trabalho desinteressado em prol da continuidade da nossa presença em todos os continentes.

Esperemos que a promessa de S. Exa., o novo presidente de todos os portugueses, seja o augúrio de uma nova era em que os portugueses residentes no estrangeiro e os seus descendentes possam vir a ter uma vida mais participativa nas decisões nacionais, contribuindo com o seu devotamento, a sua fé e o seu patriotismo para a construção do Portugal maior que todos nós desejamos.

(*) - Ex-Deputado do PSD pela Emigração na Assembleia da República, Presidente do Elos Clube do Rio de Janeiro e Vice- Presidente da Academia Luso-Brasileira de Letras



Notícias de Ovar

Os vereadores do PSD na Câmara de Ovar fazem análise crítica do Orçamento e Grandes Opções do Plano municipais, para 2006

Tendo em conta a análise aos documentos previsionais Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Ovar para o ano de 2006, os Vereadores do PSD apresentam os seguintes comentários:

Ao contrário do que seria tecnicamente desejável e politicamente correcto, os documentos em apreciação foram-nos entregues apenas com dois dias úteis de antecedência, o que consideramos manifestamente insuficiente para fazer uma análise consubstanciada e rigorosa destes instrumentos fundamentais para a gestão municipal, onde se definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia e a previsão anual das receitas e das despesas municipais. Para além disso, não nos foram remetidos inicialmente os mapas de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa, assim como, o mapa da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (GOP's), referentes ao ano de 2005, o que só veio a acontecer depois do nosso pedido.

Pese embora todos estes factos, os vereadores do PSD que exercem o seu mandato em regime de não permanência, e portanto, não são autarcas profissionais, assumiram uma atitude construtiva e colaborante, acedendo a realizar a reunião de câmara num curto espaço de tempo para não atrasar ainda mais a aprovação destes documentos. Contudo, espera-se e recomenda-se uma atitude idêntica por parte da maioria que governa os destinos da autarquia em próximas oportunidades, de modo a salvaguardar as condições mínimas para quem quer fazer um trabalho sério e construtivo em prol do nosso concelho.

Quanto à análise aos documentos apresentados, sobre esta matéria, era nossa expectativa que, ao início de um novo mandato autárquico e com a chegada de novas pessoas ao executivo municipal, os documentos pudessem já reflectir uma nova atitude na gestão do município. Uma atitude baseada no rigor, na verdade e na boa gestão dos dinheiros públicos. Por outras palavras, era nossa expectativa que este executivo municipal começasse já a "fazer melhor". Pura ilusão.

Os documentos apresentados enfermam nos mesmos vícios, nos mesmos erros, nas mesmas ilegalidades dos mandatos anteriores. Poder-se-á dizer que "a montanha pariu um rato" e esta constitui já uma primeira oportunidade perdida para "fazer melhor".

Em primeiro lugar, constatamos a ausência de qualquer relatório ou peça escrita que, normal e desejavelmente, deveria acompanhar as GOP's. Deste modo, ficamos sem saber qual é o rumo

que o município quer seguir em termos de estratégias e de acções para o futuro. Consideramos que este é um mau precedente. É uma falha política que não se compreende, tanto mais que o executivo municipal, que tomou posse em final de Outubro passado, já teve tempo mais do que suficiente para preparar estes documentos, à semelhança de muitos outros municípios, alguns bem perto de nós, que já aprovaram os seus orçamentos e GOP's para o corrente ano.

Um segundo aspecto que lamentamos, prende-se com a ausência de informação sobre as opções e sugestões das Juntas de Freguesia que são parceiros importantes da gestão autárquica e, como tal, deveria ser disponibilizada para que possamos, com rigor, verificar o grau de contemplação das legítimas pretensões das Freguesias.

Em terceiro lugar, podemos constatar que a proposta de orçamento assenta num cenário completamente irrealista, sem possibilidade alguma de ser concretizada. Isto porque, um orçamento que apresenta uma receita total de 40.399.166 Euros, dos quais 24.407.317 Euros de receita corrente e 15.991.849 Euros de receita de capital, é pura ilusão. É um cenário virtual.

No quadro apresentado pela Câmara, que compara a receita cobrada (até Novembro de 2005) com a receita orçamentada para 2006, a proposta orçamental apresenta um aumento de receita superior a 70%. Em termos absolutos, e se considerarmos uma estimativa de receita para o mês de Dezembro, o aumento será sempre superior a 15 milhões de Euros. Ora, para nós e seguramente para qualquer pessoa com bom senso, este é um valor muito elevado para ser considerado sério e realista.

Vejam com mais pormenor, onde é que os desfazamentos em termos da receita são mais evidentes:

Nas receitas correntes, os valores que nos merecem uma análise mais crítica são os montantes arrecadados pelos Impostos Directos (+1.4 milhões de euros), Transferências Correntes (+1,1 milhões de euros) e, principalmente, Venda de Bens e Serviços Correntes (+4,6 milhões de euros), que inclui a venda de inertes (4 milhões de euros) e os serviços relacionados com resíduos sólidos (1,25 milhões de euros);

Nas receitas de capital, os valores que nos merecem uma análise mais crítica são os montantes relacionados com a Venda de Investimento (+6,1 milhões de euros), que incluem 6,9 milhões de euros da venda de terrenos, e as Transferências de Capital

(+2,7 milhões de euros).

9Daqui se conclui que, em 2006, a Câmara Municipal de Ovar prevê arrecadar 11 milhões de euros com a venda de terrenos e de inertes, assim como, um aumento na ordem dos 400 mil euros provenientes dos resíduos sólidos.

Um outro ponto que merece a nossa completa discordância, até porque se trata de uma ilegalidade para a qual temos vindo a alertar há vários anos, é a violação do POCAL no que diz respeito à regra previsionial que estabelece que "as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração (...)" (alínea a) do artigo único do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril)

Na perspectiva da despesa, constata-se uma vez mais o desequilíbrio financeiro que resulta do orçamento prever uma despesa corrente (55%) superior à despesa de capital (45%). Contudo, este cenário é, na realidade, muito mais grave do que aparenta, uma vez que as receitas estando claramente inflacionadas não permitem cobrir uma boa parte das despesas, e como todos sabemos, as despesas correntes são aquelas que merecem prioridade porque é daí que são pagas as remunerações e demais encargos sociais aos funcionários da autarquia, donde resulta uma evidentemente menor disponibilidade financeira para o investimento.

Deste modo, uma vez que as despesas correntes são aquelas que apresentam um maior taxa de efectivação e apontam para um valor de 22.136.250 €, então constata-se facilmente que as receitas totais reais (até Novembro de 2005, as receitas arrecadadas foram de 23 milhões de euros) são absorvidas na sua quase totalidade pelas despesas correntes, em claro prejuízo do investimento municipal.

Esta conclusão é um facto indesmentível e incontornável para o qual o executivo municipal liderado maioritariamente pelo partido socialista teima em não querer admitir e corrigir. O nosso alerta aqui fica mais uma vez.

Claro está que a execução das GOP's fica bastante prejudicada pela reduzida capacidade para o investimento. Mesmo assim, pasme-se, a proposta de GOP's para 2006 que nos é apresentada prevê um montante de 25.618.163 €. Ora, nada mais surrealista e ilusório, se atendermos a que, no ano passado de



2005, as GOP's previam um montante financeiro de 19 milhões de euros e só foram executadas 7,5 milhões de euros (até ao final do mês de Novembro), isto é, com uma baixíssima taxa de execução de 40%.

É importante verificar que a diferença entre a estimativa inicial das Grandes Opções do Plano e a sua concretização no final do ano: de 19.048.722 Euros previstos, realizaram-se apenas 7.595.305 euros, ou seja, apenas 39,87% de execução!

De facto, ao analisarmos o Orçamento e as GOP's para 2006, como é que é possível afirmar-se que estamos em tempo de crise, em tempo de contenção, em tempo de restrições? Só podemos concluir que a verdade, o rigor e a boa gestão não moram nestes documentos.

É oportuno recordar aqui as palavras escritas do Senhor Presidente da Câmara no relatório das contas de 2004: "Em conclusão: se tivermos em consideração que a receita total foi de 21.908.226,93 (sendo 16.195.561,13 de receita corrente e 5.394.012,50 de receita de capital) e que a despesa total foi de 21.507.920,41 (sendo 13.565.473,44€ de despesas correntes e 7.942.446,97€ de despesas de capital) e considerando o endividamento municipal de 21.327.216,80 (sendo que 10.795.654,83 de curto prazo e 10.531.561,97 de médio / longo prazo), somos forçados a equacionar propostas / alternativas para o futuro que se revelam de alguma complexidade, mas que exigem reflexão e decisões importantes."

Pergunta-se agora, onde é que estão essas propostas e/ou alternativas para o futuro que se revelam de alguma complexidade, mas que exigem reflexão e decisões importantes? De facto, "fazer melhor" foi um bonito slogan de uma campanha que serviu os objectivos de curto prazo, mas não serviu para abrir novas perspectivas sobre o desenvolvimento presente e futuro do nosso concelho!

Os Vereadores/PSD da Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, Costa e Silva e Acácio Coelho.

Notícias do Algarve

Extracção de Areias na Orla Costeira

Há já alguns dias, teve lugar um debate na Assembleia da República subordinado ao tema da protecção da orla costeira em Portugal. Em causa estava um projecto de lei do Partido Socialista propondo medidas conexas de alimentação artificial das praias e de proibição de extracção de areias num raio de um quilómetro da costa para outro fim que não o da referida alimentação das praias.

Sobre o assunto, registou-se uma intervenção do deputado social-democrata algarvio, Mendes Bota, que se manifestou de acordo com o diagnóstico, partilhou as preocupações, mas aconselhou alguma moderação nas medidas a tomar.

Em causa está a possibilidade, a ser aprovada a intenção do PS, de “a indústria da construção civil se poder ver subitamente privada de um dos seus materiais básicos – a areia -, vendo-se forçada a aprovisionar a longas distâncias, com o inerente agravamento de custos”.

Mendes Bota salientou que esse corte súbito seria “bastante penalizador para o Algarve”, e propôs que, na discussão na especialidade, “fosse introduzido um mecanismo que garantisse uma parte das areias para o sector económico”.

Finalmente, o deputado algarvio registou a “contradição no seio da actual maioria socialista, com o grupo parlamentar preocupado em defender ambientalmente o litoral, e o governo do eng. José Sócrates à beira de entregar à «Repsol» a concessão para prospectar e explorar petróleo à porta das praias do Algarve, e em frente à Reserva Natural da Ria Formosa”.

Afirmou Mendes Bota que «... ao mesmo tempo que o programa do actual governo, e cito, diz expressamente que “no que se refere especificamente ao Litoral, será desenvolvida uma política integrada e coordenada para as zonas costeiras, em articulação com a política para o Mar, que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística. Por outro lado, serão intensificadas as medidas de salvaguarda de riscos naturais na faixa costeira”, é esse mesmo governo, este mesmo Partido Socialista, quem se prepara para, nos próximos dias, consumir a assinatura de um contrato com um grupo económico liderado pela «Repsol», para a prospecção e exploração de petróleo em zonas fronteiras e próximas da Reserva Natural da Ria Formosa, de Faro até Vila Real de Santo António, colocando em risco um eco-sistema único em toda a Europa, e toda uma indústria turística algarvia que é o verdadeiro petróleo do país, porque ninguém pode garantir que não existem riscos de um desastre ambiental.



«E tudo isto, numa semi-clandestinidade, à revelia de toda a região e das suas instituições, à revelia desta Assembleia, sem se conhecerem as garantias nem as contrapartidas financeiras, nem os estudos de impacto ambiental, nem as análises de custo-benefício, se é que existem. Foi ontem prometido, pelo Ministro da Economia, uma resposta a todas as nossas perguntas. O que se exige é que, até tudo ser esclarecido, claro e transparente, não se pratique a técnica do facto consumado, e não se assine um contrato que vincula o país por 55 anos. Se a opção for no sentido de poluir o litoral, com refinarias e plataformas de exploração de petróleo, todo este esforço para proteger a orla costeira terá sido em vão!»

No Conselho da Europa, deputado algarvio defende o fornecimento de água potável, por eliminação do sal da água do mar

Intervindo no passado dia 24, no Conselho da Europa, em Estrasburgo, no debate sobre a melhoria da gestão da água, o deputado Mendes Bota defendeu que o processo de dessalinização seja considerado como uma alternativa válida, moderna e competitiva no quadro das diferentes origens de um recurso primário da vida do planeta.

Referindo que “a água dos oceanos significa 95% da água existente no mundo, e mais de metade da população mundial vive num raio de 100 Kms das linhas de costa”,

Mendes Bota defendeu que “a visão que ainda existe do processo de dessalinização, retém na memória os velhos equipamentos, com as velhas técnicas pesadas de destilação de água deixando atrás uma salmoura residual”

Mas, para o deputado português esta situação mudou, “tendo-se desenvolvido novas tecnologias no campo da dessalinização a custos operacionais altamente competitivos e impensáveis até há pouco tempo atrás”.

Para Mendes Bota, “não há necessidade que haja países na Europa, sobretudo na orla mediterrânica, incluindo Portugal, Espanha ou mesmo o sul da França, que passem as agruras da seca, dispondo de um recurso inesgotável mesmo à porta, nas suas costas marítimas”.

O parlamentar considera necessária “uma verdadeira revolução de mentalidades orientadas no sentido da poupança e de um consumo racional da água, havendo toda uma reforma a fazer nos métodos de construção do futuro, e no planeamento urbanístico”.

Mendes Bota não tem dúvidas em considerar que “a água é um direito fundamental do homem, havendo 1,2 mil milhões de seres humanos que não têm acesso à água potável, e 2,6 mil milhões de pessoas que não dispõem de instalações sanitárias mínimas. É nessas áreas que se reflectem com exactidão os maiores índices de pobreza do planeta, e se verificam os maiores níveis de mortalidade, por causa das doenças transmitidas por águas deterioradas. Febre tifóide, disenteria, cólera,

hepatite, malária, tracoma, fluorose, encefalite japonesa. A lista é longa, o obituário, incomensurável”.

“É necessário, urgentemente, caminhar – neste assunto – no bom sentido”

Intervenção de Mendes Bota sobre o “dumping social” praticado na China

Numa intervenção na sexta-feira passada no Conselho da Europa, em Estrasburgo, no debate sobre as consequências para a Europa do ressurgimento económico da China, Mendes Bota fez uma dura denúncia das condições de “dumping social” praticadas naquele país, e que contribuem para “competição económica desigual e injusta para as empresas e as economias europeias.”

Mendes Bota alertou para “as consequências gravosas que o ressurgimento económico da China, está a provocar na Europa, ao nível do desemprego, do aumento dos preços da energia e das matérias-primas de base, do encerramento de fábricas, da falência dos pequenos e médios comerciantes”.

Na sua intervenção, o parlamentar português criticou o texto da proposta de resolução aprovada pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, por não reflectir o conteúdo crítico do relatório que lhe estava associado, atribuindo esse facto ao “crivo do medo chinês”, dizendo:

Estamos perante um dilema, que só esta Assembleia pode resolver. De um lado, temos o relatório do colega Wille, com muito trabalho incorporado, que procurou



Europa, a saber: Direitos do Homem, Democracia e Estado de Direito!

Mas, por outro lado, somos confrontados com um projecto de resolução que passa ao lado da denúncia de um modelo de crescimento económico assente em baixos salários e na sobre-exploração da mão-de-obra barata, onde um capitalismo selvagem sem limites parece ser a nova cartilha da classe dirigente de Pequim.

O problema que hoje aqui se nos coloca, é que apenas o projecto de resolução é aprovado, e ficará na História. O relatório não vai a votos, e não passa do arquivo.

Há uma falha fundamental na transposição do conteúdo social do relatório para o texto da resolução. Sujeito ao crivo do medo chinês, o conteúdo social do relatório não

transparece no conteúdo da resolução. É o medo de infringir o “politicamente correcto”, de não melindrar a delicada susceptibilidade dos dirigentes chineses. É o medo de não estragar o estado de conveniência económica que a China representa para uma certa Europa, em trocas comerciais e oportunidades de investimento.

Chega a ser evocado no relatório, o medo do potencial militar que a China representa.

E é por tudo isto, tremendo de medos, que a proposta de resolução que hoje iremos votar, passa ao lado da denúncia de um sistema de partido único e despido de qualquer controlo democrático e parlamentar.

Passa ao lado de uma situação de “dumping social” relevante, onde uma esmagadora maioria da população trabalhadora do país não beneficia de facto de mecanismos de protecção social, carece de condições de trabalho ao nível da segurança, do conforto, da higiene ou da saúde.

É uma classe trabalhadora que trabalha em excesso, sem conhecer o que é um dia de trabalho de 8 horas, nem sabe o que são dias de férias ou de folga, nem recebe pelas horas

extraordinárias.

São trabalhadores sem poder negocial, sem direito a debater os seus direitos, nem sequer a manifestar o seu descontentamento. E, quando o fazem, o que acontece cada vez mais – só em 2004 foram recenseadas 74.000 manifestações – arriscam-se a ir presos indefinidamente, sem julgamento nem culpa formada.

E isto sem esquecer estruturas sindicais fantoches, mais preocupadas em aplicar a ordem governamental, do que em defender os direitos dos trabalhadores.

E que não fiquem sem referência os operários rurais, os “mingong”, os muitos milhões de párias que circulam pelo país sem certificados de residência, sem tecto, sem direitos, mas que asseguram de forma semiclandestina 80% do emprego na construção civil das cidades, 70% do emprego nas fábricas de produção electrónica, 60% da mão de obra na restauração.

A China é um país de profundas desigualdades, que parecem agravar-se, ao invés de se reduzir, e onde campeia a corrupção.

– Gab. Imp. PSD/Algarve

aprofundar múltiplos ângulos de uma realidade complexa chamada China, e que até não descurou de tratar com realismo as contradições de um país que caminha em duas vias e a duas velocidades, mas não cumpre os mínimos exigidos pela olimpíada dos valores por que se rege o Conselho da

Notícias de Braga

CPS do PSD saúda o Presidente da República eleito

A Comissão Política Concelhia da Secção de Braga do PSD reunida na quinta-feira, felicita publicamente o Professor Aníbal Cavaco Silva pela sua eleição para a Presidência da República, formulando votos de que o exercício do seu mandato corresponda às elevadas expectativas em si depositadas por uma esmagadora maioria dos eleitores.

Ao novo Presidente exige-se que não hesite em traçar rumos, em suscitar debates, em estimular a necessária concertação social de que a actual conjuntura sócio-económica do País tanto carece, numa lógica de contínua e profícua cooperação institucional com os demais órgãos de soberania.

A CPS-PSD acredita que o Professor Cavaco Silva saberá corporizar a injeção de capital de risco, de confiança, de seriedade, de rigor, de exigência e de ambição que pode devolver a esperança aos Portugueses e mobilizá-los para um projecto de desenvolvimento comum.

Da análise dos resultados eleitorais, cumpre à CPS-PSD assinalar o excelente resultado obtido no Concelho de Braga, traduzido na vitória do Professor Cavaco Silva nas 62 Freguesias, com percentagens que oscilaram entre os 40,4% (em Merelim S. Paio) e os 72,1% (em Sobreposta).

Registe-se, aliás, que o Concelho de Braga teve no seu todo uma percentagem de votos no Professor Cavaco Silva (51,27%) superior à média nacional e se assumiu como o Concelho do Distrito de Braga que contribuiu com mais votos expressos para esta candidatura (47.086 face aos 46.347 de Barcelos e aos 42.825 de Guimarães).

A este nível, a CPS-PSD realça o esforço de mobilização dos seus militantes, simpatizantes e autarcas que, na generalidade das Freguesias, souberam assumir-se como os porta-bandeiras deste projecto, contribuindo para a alegria, positivismo e consciência dos reais problemas do País que caracterizou a campanha eleitoral deste candidato.

Em suma, os Bracarenses demonstraram de forma inequívoca a sua escolha para o futuro de Portugal, votando ao desprezo aqueles que optaram pelo insulto desesperado, pela mentira e pela incontida demonstração de inveja e despeito. Como ficou claro, os Bracarenses não estavam a eleger um “carpinteiro” mas antes um Presidente para Portugal...

No mais, os resultados eleitorais do passado Domingo devem suscitar reflexões mais profundas quanto aos factores determinantes do voto dos eleitores nos diferentes actos eleitorais, emergindo como um fenómeno a acompanhar a expressiva votação no candidato Manuel Alegre.

Neste particular, os Bracarenses demonstraram também a sua total



independência e a incapacidade de quantos se arrogavam detentores da orientação do seu sentido de voto, de forma igualmente expressiva.

Ultrapassado este intenso período eleitoral que se prolongou ao longo de quase um ano, a CPS-PSD formula votos de que todos os titulares dos órgãos eleitos saibam aproveitar os tempos que se seguem para ir de encontro à solução dos problemas do País e do Concelho, contribuindo para o bem-estar dos Portugueses e dos Bracarenses em particular.

CPS/PSD-Braga

Notícias de Cascais

Agenda do Presidente, acessos rodoviários reformulados e notícias de iniciativas culturais

No período compreendido entre os dias 1 e 8 de Fevereiro, o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, estará presente nos seguintes actos públicos:

Na terça-feira, dia 31 de Janeiro, pelas 15 horas, António Capucho, esteve presente na inauguração da exposição "Conhecer o SOL", no Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal, em São Pedro do Estoril

Na quarta-feira, dia 1 de Fevereiro, às 09H30 – Encontro Nacional do HERITY, organização não governamental dedicada à gestão de qualidade do património cultural. A iniciativa terá lugar no Museu de Etnologia, em Lisboa.

Às 12H30 – Recepção do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Ilha do Sal (Cabo Verde), que visita Cascais, no âmbito de um protocolo de

geminação que une os dois municípios.

Na quinta-feira, dia 2 de Fevereiro, às 19H00 – Inauguração da exposição colectiva de pintura promovida pela Academia de Letras e Artes. A mostra contempla obras de António Cavaco Silva, António Lara, Filipa Alberti, Luís Guimarães, Marcello de Moraes e Rolendis Albuquerque (Avenida da Castelhana, 13, no Monte Estoril).

Na sexta-feira, dia 3 de Fevereiro,

às 19H00 – Apresentação da nova gestão do Jardim da Cerveja – BierGarten (Parque da Gandarinha).

Sábado, dia 4 de Fevereiro, às 18H00 – Sessão pública de apresentação de uma edição inédita que inclui o CD e partituras de uma sonata para violino e piano de Franz Schreker, compositor alemão que elegeu o Estoril como local de refúgio no conturbado período da II Grande Guerra.

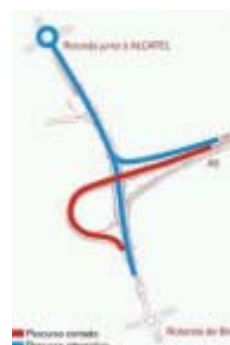
Acessos rodoviários reformulados

Na continuidade do projecto de beneficiação dos principais acessos à Auto-Estrada 5 (A5), da responsabilidade da Câmara Municipal de Cascais e da Brisa, teve início no passado mês de Novembro, a empreitada de reformulação do Nó de Cascais.

De acordo com informações da Brisa, a partir do passado dia 26 de Janeiro, os trabalhos implicam o encerramento do Ramo C, do Nó de Cascais, (entrada da A5 de quem vem da Malveira), por um período de três meses, estando no entanto previsto um percurso alternativo.

Deste modo, quem se desloca no sentido Malveira/Cascais e pretenda entrar na auto-estrada, deve dirigir-se à Rotunda de Birre, de modo a entrar na A5 como se viesse do centro de Cascais.

A Brisa - Auto-estradas de Portugal e a Câmara Municipal de Cascais apelam à atenção dos automobilistas para a sinalização provisória instalada no local.



Noites de Inverno: 2º Festival de Música de Câmara de Cascais

Seis concertos temáticos estão a marcar a 2.ª edição do Festival de Música de Câmara de Cascais - Noites de Inverno, uma iniciativa única a nível nacional, que o Centro Cultural de Cascais acolhe até ao próximo dia 5 de Fevereiro.

O programa apresentou algumas raridades e obras-primas de Bach à música dos nossos dias, explorando combinações pouco usuais que incluem a voz humana e

conferindo protagonismo a instrumentos como a harpa, o piano e o violino.

O pianista António Rosado, a soprano Elizabeth Keusch e a violinista Alexandra Soumm integram a programação de luxo de um festival que tem como anfitrião o agrupamento Ensemble Contrapunctus, criado em torno do Moscow Piano Quartet, quarteto residente em Cascais.

Do programa destacam-se os

concertos "Literatura e Música", "Simbolismo e Sátira" e "Suite Hebraica" que assinalam, respectivamente, os 250 anos do nascimento de Mozart, os centenários do nascimento de Chostakovitch e de Fernando Lopes-Graça e o cinquentenário da morte de Luís de Freitas Branco.

A entrada é livre, limitada aos lugares disponíveis nas salas



Anne Muller-Lassez e a Pintura como Poesia

A Biblioteca Municipal de Cascais – S. Domingos de Rana está a acolher desde o dia 28 de Janeiro, uma mostra de pintura da autoria de Anne Muller-Lassez, que apresenta 20 composições inspiradas na obra poética de Herberto Helder.

A poesia desempenha um papel primordial no trabalho de Anne Muller-Lassez, artista francesa que volta a expor em Portugal, desta vez no concelho de Cascais, como forma de homenagear o poeta Herberto Helder, que aqui reside, e cuja obra *Le Poème Continu – O Poema Contínuo*, a artista «descobriu» numa livraria no Funchal.

O professor Fernando António Baptista Pereira, personalidade reconhecida na abordagem de temas de história da Arte, define assim a obra da artista: "Muitas das obras de Anne Muller, não se enquadram apenas no que poderíamos definir como pintura, elas até se aproximam mais do que se reconheceriam como escultura".

Na antologia da sua obra de pintura e escultura que a artista apresentou em Setúbal, em 2004, inspirada na poesia francesa (Rimbaud, Queneau) e portuguesa (Pessoa, Herberto Helder), destacava-se a série de «caixas» que

volta a apresentar em Cascais, que surge enriquecida com um série de vinte pastéis directamente inspirados na leitura da obra poética de Herberto Helder.

Ao referir-se à obra de Herberto Helder, a artista expressa assim o sentimento que esta despertou em si: «Fui imediatamente tocada pelo sentimento de universalidade que se desprendia desta obra...»

«Procurei deixar-me penetrar por esta obra gigantesca; infelizmente não sei português, mas sou sensível às sonoridades muito ricas desta língua e ao ritmo musical desta poesia...»

«Vários pastéis são inspirados em certas passagens do 'Poème Continu', como aqueles que tratam do tema das mães, que percorre em evolução a obra deste poeta... Abordando a obra de Herberto Helder, pareceu-me ir penetrando num universo que dá lugar a uma abundância de representações sensuais, cerebrais, musicais e plásticas».

A exposição está patente até 18 de Março, e foi inaugurada no dia 28 de Janeiro, pelas 16 horas, com a presença da autora.

– Gab. Imp. CM Cascais



AMARES

Ao abrigo do artigo 50º c) dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Amares para reunirem no próximo dia 4 de Março de 2006, pelas 16h00, na sede Concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção;

Nota: A votação realizar-se-á na sede concelhia entre as 16h00 e as 18h00.

AVEIRO

Ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e no artigo 3º do regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro para reunir no próximo dia 3 de Março de 2006 (6ªfeira), a partir das 18h00, na sede concelhia do PSD, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção de Aveiro.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (terça-feira, dia 28 de Fevereiro), encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito entre as 22h00 e as 24h00.

As urnas estarão abertas, no dia da eleição, entre as 18h00 e as 21h00.

DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD para os órgãos Distritais e Locais do PSD, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral para os Órgãos Distritais para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militem, reunirem em Assembleia, no dia 11 de Março de 2006 (sábado), pelas 15h00, em todas as Sedes de Secção Concelhias do Distrito do Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais do Porto do PSD

a) Mesa da Assembleia Distrital;
b) Comissão Política Permanente Distrital;

c) Conselho de Jurisdição Distrital

d) Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Nota: A eleição decorrerá, em todas as Sedes de Secção do Distrito

do Porto, entre as 15h00 e as 22h00.

LEIRIA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos militantes de Leiria do PSD para uma Assembleia de Secção no dia 10 de Fevereiro, pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política.

MANGUALDE

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos militantes de Mangualde do PSD para uma Assembleia de Secção no dia 4 de Março de 2006 (sábado), pelas 16 horas, na Estalagem Cruz da Mata, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

2. Eleição da Comissão Política de Secção

Nota: As urnas estarão abertas no dia do acto eleitoral das 16h30 às 20h00.

As listas de candidatura deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24h00 do dia 1 de Março, devendo respeitar os requisitos constantes dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral.

MANGUALDE

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção dos militantes de Mangualde do PSD para uma Assembleia de Secção no dia 25 de Fevereiro de 2006 (sábado), pelas 16 horas, na Estalagem Cruz da Mata, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise e discussão da situação política concelhia.

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Monchique para reunir em Assembleia, a realizar no dia 18 de Fevereiro de 2006 (sábado) pelas 16h00 na sede Concelhia, sita na Rua D. Francisco Gomes Avelar 7 1 com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do relatório de contas do ano de 2005;

2. Análise da situação política concelhia regional e nacional.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 3 de Março de 2006, sexta-feira, pelas 21h00, na sua sede, Rua Dr. Luís Torres, 4-2º em Pombal com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Período antes da ordem dia;
2. Informação do Presidente da CPS acerca da actividade da Secção;
3. Eleição para os órgãos da Secção;
4. Análise da situação político-partidária.

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Murtosa, a reunirem no próximo dia 10 de Fevereiro de 2006, sexta-feira, pelas 21h00, no salão da Junta de Freguesia da Murtosa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política e partidária;

2. Prestação de Contas do exercício do ano de 2005;

3. Assuntos de interesse para o Partido.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no dia 10 de Março de 2006, pelas 20h00, na sede da Secção, situada na Av. Paulo VI, lote 101 – 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da secção concelhia.

As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h00.

Só tem capacidade eleitoral, os militantes que tenham as suas quotas em dia, podendo as mesmas ser pagas até ao 10º dia anterior ao da eleição.

SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes do PPD/PSD da secção de São Brás de Alportel para uma Assembleia Ordinária de Secção, a realizar na sede Concelhia do Partido, no próximo dia 10 de Março de (sexta-feira) pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Período antes da ordem do dia;
2. Apresentação e votação das contas referentes ao ano de 2005;

3. Análise dos resultados das eleições autárquicas de 9 de Outubro de 2005;

4. Apresentação das listas concorrentes à Mesa do Plenário e à Comissão Política de Secção;

5. Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção Concelhia de São Brás de Alportel do PSD;

6. Outros assuntos de interesse para o partido e para o Município.

Notas:

As urnas para o acto eleitoral

estarão abertas das 21h30 até às 23h30.

A apresentação de candidaturas deverá ser feita ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia do partido.

Só poderão votar os militantes que tiverem pago as respectivas quotas até 10 dias antes do acto eleitoral.

VILA NOVA DE FOZ COA

Nos termos do artigo 50º dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Vila Nova de Foz Côa do PSD, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 5 de Março de 2006, das 17h30 às 20h00, na Sede Concelhia, à Praça da Republica, Edifício Sacadi em Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Eleição da Comissão Política Concelhia.

Nota: As listas de candidatura serão entregues ao Presidente da Mesa do plenário da Secção Concelhia do PSD até às 24h00 do dia 3 de Março de 2006.

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e nos seus artigos aplicáveis, convoca-se uma Assembleia Geral da Secção de Vieira do Minho do PSD, para reunir no dia 3 de Março de 2006, na sede de Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h30 e as 22h30.



CONSELHO DISTRITAL de COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra, para reunir em Arganil – restaurante do parque, dia 11 de Fevereiro, pelas 19h30m, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Análise da Situação Política;
Marcação das eleições a realizar para a Mesa e Comissão Política Distrital da JSD de Coimbra.

O Presidente da Mesa
(Pedro Loureiro)

REGULAMENTO DO XXVIII CONGRESSO DO PSD

Artigo 1º.

(Data e Ordem dos Trabalhos)

O XXVIII Congresso Nacional do Partido Social Democrata reúne em Lisboa, em sessão extraordinária nos dias 17 e 18 de Março de 2006, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Alteração dos Estatutos do Partido

Artigo 2º.

(Organização dos Trabalhos)

1- Os Trabalhos decorrerão com o seguinte programa:

Sexta-feira, 17 de Março de 2006

15h00 – Recepção e credenciação dos Congressistas

19h00 – Abertura dos Trabalhos pela Presidente da Mesa e intervenção do Presidente da Comissão Política Nacional

21h30 – Apresentação e Debate das Propostas de Alterações dos Estatutos.

Sábado, 18 de Março de 2006

10h00 – Debate das Propostas de Alterações dos Estatutos

18h30m – Início da votação das Propostas de Alterações dos Estatutos

20h00 – Termo da votação das Propostas de Alterações dos Estatutos e encerramento do Congresso.

2- A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

a) O Presidente da Comissão Política Nacional usará da palavra, sem limite de tempo, no início do debate, bem como no encerramento dos trabalhos e quando o solicitar à Presidente da Mesa.

b) Os membros da Comissão Política Permanente Nacional dispõem de 30 minutos.

c) Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais dispõem de 15 minutos.

d) Os Presidentes das Comissões Políticas Distritais e os líderes das Organizações Especiais dispõem de 10 minutos.

e) O primeiro Subscritor de cada Proposta dispõe de 10 minutos.

f) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos.

g) A acumulação de tempo por cedência de oradores não poderá exceder os 10 minutos.

h) A Mesa do Congresso determinará as interrupções para almoço e jantar.

Artigo 3º.

(Delegados do PSD)

1- Os 750 delegados a eleger são rateados pelo Continente, Regiões Autónomas e Emigração, proporcionalmente ao número de militantes inscritos nos serviços Centrais, na plenitude dos seus direitos, à data de 28 de Janeiro de 2006.

2- São atribuídos 18 delegados ao círculo da Emigração, 30 à Região Autónoma dos Açores, 35 à Região Autónoma da Madeira e garantindo um delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos.

3- A diferença do número de Delegados atribuídos nos termos do

número anterior e o total atribuído às Secções do Continente, será rateado proporcionalmente pelos militantes inscritos em cada uma, na plenitude dos seus direitos, à data de 28 de Janeiro de 2006.

4- O rateio do total dos delegados de cada uma das Regiões Autónomas pelas respectivas estruturas será determinado pelas Comissões Políticas Regionais Competentes.

5- O rateio do total dos delegados da Emigração pelas estruturas será determinado pelo Secretariado da Emigração.

Artigo 4º.

(Delegados das Organizações Especiais)

Os 70 delegados a eleger pela JSD, os 70 delegados a eleger pelos TSD e os 60 Delegados a eleger pelos ASD são rateados pelos militantes de acordo com os critérios definidos pelos Órgãos Nacionais competentes de cada uma daquelas organizações

Artigo 5º.

(Delegados por inerência)

São Delegados por inerência os membros da Mesa do Congresso

Artigo 6º.

(Assembleia de Secção)

1- Os Serviços Centrais remetem às Secções em 31 de Janeiro de 2006 o Regulamento do Congresso, o respectivo cronograma e o Rateio dos Delegados referente a cada Secção. Em 13 de Fevereiro de 2006 serão remetidos os Cadernos Eleitorais às mesmas Secções.

2- As eleições dos Delegados do PSD do Continente, Regiões Autónomas e Emigração realizam-se nos dias 23, 24, 25 e 26 de Fevereiro, devendo as convocatórias das respectivas Assembleias de Secção ser entregues na redacção do Povo Livre até ao dia 10 de Fevereiro inclusive, para efeitos de publicação em 15 de Fevereiro.

3- Para a eleição dos Delegados do PSD, os militantes candidatar-se-ão através da apresentação de listas, que deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior ao da Assembleia Eleitoral convocada para o efeito.

4- O apuramento dos delegados é feito segundo o método de representação proporcional de Hondt.

5- Só poderão votar e ser eleitos, os militantes que tenham efectuado o pagamento da respectiva quota até ao dia 8 de Fevereiro, através de qualquer dos meios previstos no Regulamento de Quotas e estejam inscritos, respectivamente, há pelo menos seis meses e um ano e no pleno exercício dos seus direitos.

O pagamento na Tesouraria da Sede Nacional, poderá ser efectuado até às 17 horas do dia 8 de Fevereiro.

Artigo 7º.

(Participantes)

São Participantes no Congresso, sem direito a voto, os membros dos Órgãos Nacionais, os Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o primeiro militante eleito em cada Câmara Municipal, o Director do Povo Livre, o Presidente da Comissão de Relações Internacionais, os Membros da Comissão Europeia, o director do Gabinete de Estudos Nacionais e os Secretários Gerais Adjuntos.

Artigo 8º. (Observadores)

Podem assistir ao Congresso Observadores, convidados pela Comissão Política Nacional, devendo esta ratear pelas Comissões Políticas Regionais e Distritais, bem como pela JSD, TSD e ASD, o número de lugares disponíveis.

Artigo 9º.

(Inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores)

1- A Inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores, processa-se mediante e remessa ao Secretário-Geral dos boletins de inscrição próprios, autenticados pelos órgãos competentes, os quais devem dar entrada na Sede Nacional até às 18 horas do dia 3 de Março.

2- Tal inscrição será acompanhada pela quantia de 50 €, a remeter anexa ao boletim, estando isentos os representantes das estruturas fora do Continente e JSD.

3- As listas de Delegados e Participantes serão publicadas na edição do Povo Livre de 15 de Março.

Artigo 10º. (Substituições)

Depois de recebidas as inscrições dos Delegados só serão permitidas substituições que dêem entrada nos Serviços até ao dia 10 de Março.

Artigo 11º.

(Subscrição de propostas de Alteração de Estatutos)

1- As propostas de alteração de Estatutos só poderão ser subscritas, nos termos dos Estatutos, por cem membros do Congresso, pelo

Conselho Nacional, pela Comissão Política Nacional, por dez Comissões Políticas Distritais ou por mil e quinhentos militantes do Partido.

2- Cada órgão a que se refere o número anterior só poderá apresentar uma proposta.

Artigo 12º.

(apresentação de propostas de alteração dos Estatutos)

1- As propostas referentes ao Ponto Único da Ordem de Trabalhos serão remetidas à Mesa do Congresso por forma a darem entrada nos serviços centrais até às 18 horas do dia 6 de Março.

2- As propostas devem ser obrigatoriamente apresentadas em suporte informático e uma cópia em papel.

3- As propostas admitidas na mesa serão publicadas no Povo Livre do dia 15 de Março.

4- Durante os trabalhos do Congresso podem ser admitidas propostas que visem a conciliação de outras anteriormente admitidas, desde que o primeiro subscritor de cada uma delas a retire e subscreva aquelas.

5- Ao primeiro subscritor de cada proposta, a quem incumbe representar os restantes, é permitida a aceitação de sugestões visando modificar a redacção.

Artigo 13º.

(Comunicação Social)

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes dos Órgãos de Comunicação Social devidamente credenciados pelos Serviços Centrais.

XXVIII CONGRESSO PSD

CRONOGRAMA

1	Marcação do Congresso pelo Conselho Nacional	28 de JAN	Sábado
2	Envio às Secções do Rateio, Regulamento e Cronograma	31 de JAN	3ª Feira
3	Publicação do rateio Delegados e Regulamento no Povo Livre e Internet	1 de FEV	4ª Feira
4	Data limite p/ pagamento de quotas p/ inclusão nos Cadernos Eleitorais	8 de FEV	4ª Feira
5	Entrega das convocatórias eleitorais no Povo Livre	até 10 de FEV	6ª Feira
7	Envio dos cadernos eleitorais	até 13 de FEV	2ª Feira
6	Publicação das convocatórias no Povo Livre e Internet	15 de FEV	4ª Feira
8	ELEIÇÃO DOS DELEGADOS	23,24,25 e 26 de FEV	5ª,6ª, Sáb e Dom
9	Entrega das inscrições de Delegados e Observadores	até 3 de Março	6ª Feira
10	Entrega das Propostas Alteração Estatutária	até 6 de Março	2ª Feira
11	Prazo limite para substituição de Delegados	10 de Março	6ª Feira
12	Publicação no P.L. e Internet das listas de Delegados e P Alt Estatutária	15 de Março	4ª Feira
13	XXVIII Congresso Nacional do PSD	17 e 18 de Março	6ª e Sábado

Rateio dos Delegados ao XXVIII Congresso Nacional

Secção	Deleg	Secção	Deleg	Secção	Deleg	Secção	Deleg
Abrantes	2	Coimbra	8	Moscavide	3	Secção I	2
Águeda	3	Condeixa-a-Nova	2	Moura	2	Secção Oriental	3
Aguiar da Beira	1	Constância	0	Mourão	1	Seia	2
Alandroal	1	Coruche	2	Murça	2	Seixal	3
Albergaria-a-Velha	2	Covilhã	2	Murtosa	2	Sernancelhe	2
Albufeira	2	Crato	1	Nazaré	1	Serpa	1
Alcácer do Sal	1	Cuba	0	Nelas	2	Sertã	2
Alcanena	1	Elvas	1	Nisa	1	Sesimbra	2
Alcobaça	3	Entroncamento	2	Óbidos	1	Setúbal	5
Alcochete	1	Espinho	2	Odemira	1	Sever do Vouga	2
Alcoutim	1	Esposende	2	Odivelas	4	Silves	1
Alenquer	1	Estarreja	2	Oeiras	7	Sines	1
Alfândega da Fé	1	Estremoz	1	Oleiros	1	Sintra	2
Algés	7	Évora	3	Olhão	2	Sobral de Monte Agraço	2
Algueirão Mem-Martins	2	Fafe	3	Oliveira de Azeméis	5	Soure	1
Alijó	2	Faro	3	Oliveira de Frades	1	Sousel	1
Aljezur	1	Felgueiras	3	Oliveira do Bairro	3	Tábua	2
Aljustrel	0	Ferreira do Alentejo	1	Oliveira do Hospital	2	Tabuaço	1
Almada	3	Ferreira do Zêzere	1	Ourém	3	Tarouca	1
Almeida	1	Figueira Castelo Rodrigo	1	Ourique	1	Távira	2
Almeirim	1	Figueira da Foz	6	Ovar	5	Terras de Bouro	2
Almodôvar	2	Figueiró dos Vinhos	1	Paços de Ferreira	3	Tomar	2
Alpiarça	1	Fornos de Algodres	1	Palmela	1	Tondela	4
Alter do Chão	1	Freixo de Espada à Cinta	1	Pampilhosa da Serra	1	Torre de Moncorvo	2
Alvaiázere	1	Fronteira	1	Paredes	5	Torres Novas	3
Alvito	1	Fundão	2	Paredes de Coura	1	Torres Vedras	3
Amadora	5	Gavião	1	Pedrógão Grande	1	Trancoso	1
Amarante	2	Góis	2	Penacova	5	Trofa	10
Amares	1	Golegã	1	Penafiel	4	Vagos	2
Anadia	2	Gondomar	7	Penalva do Castelo	1	Vale de Cambra	2
Ansião	2	Gouveia	2	Penamacor	0	Valença	2
Arcos de Valdevez	2	Grândola	1	Penedono	0	Valongo	6
Arganil	2	Guarda	3	Penela	1	Valpaços	5
Armamar	1	Guimarães	5	Peniche	2	Vendas Novas	2
Arouca	2	Idanha-a-Nova	2	Pêro Pinheiro	1	Viana do Alentejo	1
Arraiolos	0	Ílhavo	3	Peso da Régua	1	Viana do Castelo	7
Arronches	1	Lagoa	2	Pinhel	1	Vidigueira	0
Arruda dos Vinhos	2	Lagos	2	Pombal	2	Vieira do Minho	1
Aveiro	4	Lamego	3	Ponte da Barca	1	Vila da Feira	6
Avis	1	Leiria	4	Ponte de Lima	2	Vila de Rei	2
Azambuja	4	Loulé	4	Ponte de Sor	2	Vila do Bispo	1
Baião	2	Loures	5	Portalegre	2	Vila do Conde	4
Barcelos	6	Lourinhã	1	Portel	1	Vila Flor	1
Barrancos	0	Lousã	2	Portimão	4	Vila Franca de Xira	3
Barreiro	3	Lousada	2	Porto	17	Vila Nova da Barquinha	1
Batalha	1	Mação	1	Porto de Mós	1	Vila Nova de Cerveira	1
Beja	2	Macedo de Cavaleiros	2	Póvoa de Lanhoso	2	Vila Nova de Famalicão	4
Belmonte	1	Mafra	4	Póvoa de Varzim	3	Vila Nova de Foz Côa	2
Benavente	1	Maia	8	Proença-a-Nova	1	Vila Nova de Gaia	17
Bombarral	2	Mangualde	3	Queluz	2	Vila Nova de Paiva	1
Borba	1	Manteigas	1	Redondo	1	Vila Nova de Poiares	3
Boticas	2	Marco de Canaveses	3	Reguengos de Monsaraz	2	Vila Pouca de Aguiar	2
Braga	4	Marinha Grande	1	Resende	2	Vila Real	3
Bragança	3	Marvão	1	Ribeira de Pena	1	Vila Real Santo António	1
Cabeceiras de Basto	2	Matosinhos	10	Rio de Mouro	2	Vila Velha de Ródão	0
Cacém	6	Mealhada	2	Rio Maior	2	Vila Verde	7
Cadaval	2	Meda	1	Sabrosa	1	Vila Viçosa	1
Caldas da Rainha	4	Melgaço	1	Sabugal	1	Vimioso	1
Caminha	1	Mértola	0	Salvaterra de Magos	1	Vinhais	1
Campo Maior	1	Mesão Frio	1	Santa Comba Dão	2	Viseu	7
Cantanhede	2	Mira	2	Santa Marta de Penaguião	1	Vizela	1
Carrazeda de Ansiães	1	Miranda do Corvo	1	Santarém	2	Vouzela	2
Carregal do Sal	2	Miranda do Douro	1	Santiago do Cacém	2	Total Continente	667
Cartaxo	1	Mirandela	2	Santo Tirso	4	Madeira	35
Cascais	6	Mogadouro	2	São Brás de Alportel	1	Açores	30
Castanheira de Pêra	1	Moimenta da Beira	1	São João da Madeira	3	Regiões Autónomas	65
Castelo Branco	5	Moita	2	São João da Pesqueira	0	Europa	9
Castelo de Paiva	1	Monção	1	São Pedro do Sul	2	Fora da Europa	9
Castelo de Vide	1	Monchique	2	Sardoal	1	Emigração	18
Castro Daire	2	Mondim de Basto	1	Sátão	1	JSD	70
Castro Marim	1	Monforte	1	Secção A	9	TSD	70
Castro Verde	1	Montalegre	2	Secção B	5	ASD	60
Celorico da Beira	1	Montemor-o-Novo	1	Secção D	5	Total Delegados	950
Celorico de Basto	2	Montemor-o-Velho	2	Secção E	3		
Chamusca	1	Montijo	2	Secção F	3		
Chaves	4	Mora	1	Secção G	3		
Cinfães	2	Mortágua	2	Secção H	3		

“MIT: o que se exige do Governo”

A falta de clareza e liderança demonstrada desde há algum tempo a esta parte pelo actual governo na execução do seu badalado plano tecnológico tem sido frustrante. Sabíamos já que plano tecnológico não passava de um punhado de medidas avulsas, muitas delas já antigas, empacotadas num documento à última da hora. O plano tem ainda assim algumas sugestões interessantes, que mereciam de facto maior dedicação e atenção por parte do seu líder, aparentemente o Dr. Carlos Zorrinho sem que no entanto ninguém tenha bem a certeza disso dado o constante jogo das cadeiras na gestão do plano.

A questão do MIT merece alguma atenção. Os benefícios de trazer o MIT para Portugal seriam óbvios tanto em termos de imagem de modernidade que isso projectaria para o exterior, como nos ganhos directos, através da criação de conhecimento e migração de competências e práticas de investigação e desenvolvimento do melhor que se faz no mundo. A ideia que transparece no entanto é a de que existe uma birra interna e um jogo de interesses pouco claros no governo que podem pôr em risco um projecto com enorme potencial. Urge portanto que o governo se defina nesta questão de uma vez por todas!

Ao que parece vão agora iniciar-se as negociações com a ida de uma delegação Portuguesa ao MIT. Esperamos que essa delegação seja representativa do sistema de inovação nacional e que o governo salguarde que os benefícios desta ideia não se cinjam a meia dúzia de investigadores de uma só Universidade. É importante que todo o sistema de inovação nacional, já de si bastante desagregado, aproveite esta parceria para se desenvolver em rede. Esperamos também que o governo saiba salvaguardar que Portugal detenha direitos sobre a Propriedade Intelectual gerada nesta parceria, por forma a que os ganhos económicos gerados através do licenciamento e comercialização da tecnologia desenvolvida beneficiem também o país. Esperamos por fim saber com clareza como tudo se irá processar. O segredo é de facto a alma do negócio mas exige-se que o governo comunique com o país, de forma clara e respeitosa, a evolução de todo este processo.

O Presidente da Comissão Política Nacional da JSD

(Daniel Figueiro)

JSD Odivelas propõem a criação de um espaço de estudo aberto 24 horas por dia

A JSD Odivelas levou à Assembleia Municipal uma proposta que consistia na criação de um espaço de estudo aberto 24 horas por dia no concelho. Esta foi apresentada na sequência do programa eleitoral apresentado aos jovens de Odivelas em Junho de 2005.

Refira-se que já no anterior mandato autárquico, numa reunião com a anterior vereadora da juventude, a criação de um espaço deste tipo tinha sido sugerido.

“Os problemas relacionados com a educação foram, e serão, uma das principais preocupações da Juventude Social Democrata. Preocupação que abrange toda e qualquer área do panorama educativo, do sistema de ensino às preocupações com os problemas que encontram os jovens professores, das condições colocadas à disposição dos professores, bem como das condições que os alunos encontram no parque escolar.

Para além das condições colocadas ao dispor dos estudantes por escolas e universidades as suas necessidades ultrapassam, por vezes, o espaço físico das mesmas. Necessidade de realizar trabalhos ou estudar fora da escola ou da universidade.

Não é por vezes fácil encontrar um espaço próximo da sua área de residência, onde possa, fora dos horários normais de funcionamento de bibliotecas públicas, estudar ou realizar trabalhos, reunir com colegas para preparar aulas ou apresentações...

A questão da falta de locais propícios ao estudo para os jovens que habitam em Odivelas é para nós motivo de preocupação. Pretendemos, que os jovens odivelenses que estudam em Odivelas e nas diversas universidades de Lisboa possam ter um espaço que lhes proporcione um ambiente de estudo minimamente apropriado... JSD Odivelas (ver mais em: <http://contacto.blogspot.com/>)”

CPD-JSD do Porto defende mais meios e recursos para proteger crianças em risco

O Presidente da Distrital do Porto da JSD, Joaquim Pinto, exigiu no passado dia 15 de Dezembro, mais meios e recursos para a protecção de crianças e jovens em risco, defendendo que esta área tem de estar acima do défice do país.

“É preciso que o Governo tenha em conta que existe mais vida para além do défice e que as crianças violentadas serão um dia jovens e população activa, sendo necessário investir na sua protecção”, afirmou Joaquim Pinto.

O Presidente da Distrital do Porto da JSD falou à margem da reunião que teve com a Direcção Regional do Porto da Segurança Social, a quem entregou um dossier sobre “Violência Infantil”, com algumas propostas de alteração à actual lei.

No documento, a JSD defende a necessidade de “um apoio administrativo-financeiro que suporte o financiamento” das comissões de protecção a crianças e jovens para que estas funcionem bem.

Outras das ideias hoje avançadas radicam numa interligação efectiva e eficaz entre os diversos organismos que têm como objectivo a protecção das crianças e com a dotação daquelas comissões de recursos humanos fixos.

A JSD defende ainda uma maior divulgação da linha telefónica anónima SOS

Núcleo da JSD de Grijó promove acção de solidariedade



Durante o passado mês de Dezembro, a JSD Grijó desenvolveu uma acção de solidariedade. Esta foi levada a cabo na sequência dos compromissos assumidos juntamente com o PSD, consistindo na sensibilização e apoio a populações carenciadas.

Além das preocupações que conduziram ao alojamento de uma família que vivia debaixo de uma ponte local, a JSD procedeu à recolha de brinquedos, vestuário, alimentos e artigos de higiene e limpeza que disponibilizou ao Centro Maranatha, sito na EN1, Vendas de Grijó, que acolhe crianças e jovens carenciados.

Na conclusão da acção, uma delegação da JSD e do PSD Grijó dirigiram-se ao referido Centro, onde além da entrega dos produtos recolhidos, passaram parte da manhã em convívio com as crianças e jovens aí residentes.

Os visitantes, principais beneficiados com a visita, tiveram a oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada as necessidades destas crianças e jovens, numa significativa jornada de solidariedade que se pretende repetir.

Criança, “no sentido de o cidadão comum poder denunciar os casos de que tenha conhecimento”.

Considera ainda que as instituições que mostrem negligência no encaminhamento de crianças para famílias de acolhimento sofram cortes nos apoios que recebem do Estado.

“Cada instituição de acolhimento recebe 404 Euros/mês por criança, enquanto uma família de acolhimento apenas tem direito a 150 Euros/mês”, lembrou Joaquim Pinto, considerando que “a verba deve ser reduzida em benefício das famílias”, onde uma criança “poderá ser muito mais acarinhada, deixando de ser mais um processo, para ser uma pessoa”.

Para a JSD-Porto, em prol de uma melhor actuação das instâncias judiciais e para uma melhor eficácia na elaboração de um projecto existencial das crianças vítimas de violência, os magistrados que vão para o Tribunal de Família e Menores não deverão ser colocados pela sua nota final do curso.

“Compete ao Centro de Estudos Judiciários criar cursos de especialização para os magistrados que queiram actuar nesta área”, afirma a JSD-Porto, acrescentando que “seria de todo o interesse a valorização das acções de formação”.

A JSD-Porto admite que amenizar a problemática da violência infantil “não é um caminho fácil nem curto”, mas considera que algumas das suas propostas são “necessárias e exequíveis” para tentar contornar a realidade.

Vitória de Cavaco Silva e Convocação do XVIII Congresso

«A Comissão Política Nacional do PSD procedeu à análise dos resultados das eleições presidenciais do passado Domingo e entende sublinhar o seguinte:

1. A eleição do Professor Cavaco Silva como Presidente da República na primeira volta do escrutínio representa uma expressiva e clara afirmação da vontade política dos Portugueses.

Esta extraordinária vitória de Cavaco Silva representa a vitória da credibilidade, do rigor, da seriedade, da confiança e do espírito de ambição que transmitiu aos eleitores durante toda a campanha eleitoral.

É também a vitória de uma campanha construtiva, de uma campanha apostada em discutir os reais problemas do País.

É, finalmente, uma vitória que contribui para unir os Portugueses e mobilizar Portugal.

O PSD tem a legítima satisfação de ter contribuído para eleger, pela primeira vez em 31 anos de democracia, um Presidente da República oriundo da nossa área política.

A Comissão Política Nacional do PSD felicita vivamente Cavaco Silva por esta vitória eleitoral e expressa a convicção de que no desempenho das altas funções para que foi eleito pelos Portugueses será factor de confiança no futuro, agente activo de desenvolvimento e garante de justiça social.

Nesta ocasião, a Comissão Política Nacional agradece a todos os militantes, simpatizantes e autarcas do PSD de norte a sul do País, das Regiões Autónomas e dos núcleos da Emigração, o empenhamento, dedicação e generosidade manifestados nesta campanha eleitoral.

2. O PSD definiu em Congresso, de forma clara, a sua estratégia política. Ganhar as eleições autárquicas, contribuir para a eleição de um Presidente da República da nossa área política e afirmar uma oposição credível e responsável ao Governo socialista.

O Presidente do PSD prometeu então que ultrapassado o ciclo das eleições autárquicas e presidenciais promoveria a convocação de um Congresso para revisão dos Estatutos e decisão sobre a eleição directa do líder do Partido.

Os compromissos políticos são para cumprir. A credibilidade política também se constrói pelo exemplo.



Em homenagem a este compromisso, a Comissão Política Nacional deliberou promover a convocação de um Congresso extraordinário para 17 e 18 de Março, proposta que será feita ao Conselho Nacional do próximo sábado.

Este Congresso de revisão dos Estatutos do PSD destina-se, designadamente, entre outras eventuais mudanças estatutárias, a decidir a introdução do princípio das directas, ou seja, o princípio da eleição directa do líder do Partido.

Este Congresso para revisão dos Estatutos do Partido é uma oportunidade para afirmar o PSD como um Partido moderno, mais aberto à participação política dos cidadãos que partilham os nossos princípios políticos e empenhado em reforçar e estreitar os laços com a sociedade portuguesa, cumprindo o fim último da nossa actividade política: servir os Portugueses, servir Portugal.»

- CPN/PSD